

XI Encontro ABCP

Democracia e Representação: impasses contemporâneos

Curitiba, 31 de julho a 3 de agosto de 2018.

Ensino e Pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais

**ESTUDO DA APLICAÇÃO DO MÉTODO PADRÃO DO *MANIFESTO PROJECT*
PARA O POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DE PARTIDOS ARGENTINOS,
BRASILEIROS E CHILENOS EM CAMPANHAS PRESIDENCIAIS.**

Flávio Contrera
Universidade Federal de São Carlos
<http://lattes.cnpq.br/8376542572229961>

Priscilla Leine Cassotta
Universidade Federal de São Carlos
<http://lattes.cnpq.br/9358794889123956>

Matheus Lucas Hebling
Universidade Estadual de Campinas
<http://lattes.cnpq.br/7906516070030792>

RESUMO: A ampliação do escopo de aplicação do método de estimação ideológica do *Manifesto Project* para a América Latina foi realizado sem a adequação pelos pesquisadores do MARPOR das categorias que compõem sua escala esquerda-direita (RILE), resultando em posicionamentos de manifestos argentinos, brasileiros e chilenos mais à esquerda do que geralmente são classificados por especialistas. Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi avaliar a adequação do método padrão do MARPOR para estimar a posição ideológica dos manifestos desses países em suas respectivas eleições presidenciais. Concluímos que o método de estimação ideológica do MARPOR apresenta imprecisões na construção da escala RILE devido a forma como é incorporada à ela a *saliency theory*; e também em relação ao método de mensuração das frequências das categorias; e no caso dos países sulamericanos, particularmente, à existência de distorções decorrentes da ênfase suprapartidária em torno da ampliação do bem-estar social.

Palavras-Chave: América do Sul, Manifesto Project, Partidos Políticos, RILE.

1. INTRODUÇÃO

A escala esquerda-direita é uma medida importante para compreender diferentes aspectos do processo democrático, dispondo dos partidos políticos como o centro da questão. Contudo, a classificação ideológica dos partidos ainda é um desafio para cientistas políticos. A literatura trata de diferentes maneiras a divisão dos partidos políticos entre esquerda e direita, utilizando distintas variáveis para tal tarefa (TAVITS, 2007). Apesar do uso recorrente dessa escala nas pesquisas sobre partidos políticos, um problema prático é enfrentado pelos estudiosos são as medidas adequadas para mensuração do que é classificado como esquerda e direita (GABEL; HUBER, 2000).

Neste sentido, estudar de maneira sistemática essas categorias requer um banco de dados confiável sobre as posições dos partidos políticos e medidas que cumpram com a função de categorizar os programas partidários. Desde sua formação em 1976, o *Manifesto Research on Political Representation* (MARPOR) desempenha tal tarefa, conduzindo o *Manifesto Project*. Seu pressuposto teórico baseia-se na abordagem da teoria da saliência (BUDGE, 1982; BUDGE; FARLIE 1983a, 1983b), que consiste na asserção de como os partidos políticos percebem as preferências dos eleitores. De acordo com essa teoria, os partidos não fornecem respostas diferentes à determinada agenda de problemas políticos, mas buscam concentrar a atenção dos eleitores em questões mais vantajosas para si, de modo a torná-las salientes (DOLEZAL et al, 2014). Logo, as diferenças entre os partidos podem ser identificadas por meio das proeminências atribuídas a cada questão em seus manifestos e programas políticos.

Tendo como um de seus objetivos a análise de conteúdo quantitativo dos programas eleitorais, o MARPOR dispõe de um banco de dados que inclui todas as eleições democráticas livres desde 1945, de mais de 50 países (VOLKENS et al, 2015). Além disso, o MARPOR fornece uma medida para as posições esquerda-direita, composta por uma escala de variáveis sociais e econômicas, conhecida como RILE (*Right-Left*). Pesquisadores dedicados ao estudo dos partidos e sistemas partidários europeus, reconhecem que a RILE é um dos melhores resumos de indicadores de tendências políticas sobre programas políticos (BUDGE, 2013; VOLKENS et al, 2015).

Embora um dos propósitos do MARPOR seja comparar a posição ideológica entre os partidos em diferentes países, há uma clara inadequação quando se trata da realidade sulamericana. A maior dificuldade reside nas especificidades históricas e socioeconômicas do contexto sulamericano que influenciam diretamente o comportamento dos partidos políticos. Nessa mesma direção, Tarouco e Madeira (2013) ao analisarem o caso do Brasil colocam em

cheque as categorias usadas na escala RILE com o intuito de identificar uma adaptação às particularidades brasileiras.

Recentemente, manifestos de partidos argentinos, brasileiros e chilenos foram posicionados pelos pesquisadores do MARPOR mais à esquerda do que geralmente são classificados por especialistas (LEHMANN et al, 2018). A partir dessa constatação, nossa hipótese é que algumas categorias que compõem a RILE prejudicam a estimação da posição real dos partidos desses países. Isso ocorreria porque categorias como “Expansão do *Welfare State*” e “Expansão da Educação” seriam incorporadas pelos partidos políticos, no contexto sulamericano, de forma muito diferente do contexto europeu.

Com efeito, os países sulamericanos possuem marcos históricos e problemas socioeconômicos similares que influenciam diretamente na configuração dos seus sistemas políticos e eleitorais, tais como: abertura política recente, desigualdade social e crise econômica (TAROUCO; MADEIRA, 2013). Sendo essas características distintas do caso europeu, a aplicação do mesmo método padrão do MARPOR para países da América do Sul não ocorre sem incorrer em imprecisões.

Nesse sentido, definimos como o objetivo deste *paper* avaliar a adequação do método padrão do MARPOR para estimar a posição ideológica dos manifestos de partidos/coalizões argentinos, brasileiros e chilenos em suas respectivas eleições presidenciais. Concluímos que o método de estimação ideológica do MARPOR apresenta imprecisões na construção da escala RILE devido a forma como é incorporada à ela a *saliency theory*; também em relação ao método de mensuração das frequências de categorias; e no caso dos países sulamericanos, particularmente, a existência de distorções decorrentes da ênfase suprapartidária em torno da ampliação do bem-estar social e da consideração, pelo MARPOR, de que as categorias de defesa do constitucionalismo, e da liberdade e direitos humanos, seriam de direita, quando no contexto sulamericano elas apresentam certas particularidades.

Este estudo está organizado em sete seções. Segue-se à esta introdução a apresentação dos dados e métodos utilizados. Na terceira seção discutimos o impacto da *saliency theory* na construção da RILE. Na quarta, avaliamos as imprecisões de mensuração das categorias da RILE em face da identificação das perspectivas teóricas que fundamentaram a criação daquelas categorias. Na quinta e na sexta seção discutimos os resultados da aplicação da RILE no contexto do Brasil, Chile e Argentina, pontuando a questão da defesa do bem-estar social, do constitucionalismo e da liberdade e dos direitos humanos. Finalmente, na sétima seção, apresentamos as conclusões do estudo.

2. DADOS E MÉTODOS

O *Manifesto Project* é uma das principais iniciativas para a compreensão do posicionamento de atores políticos através do continuum esquerda-direita. Entretanto, problemas de confiabilidade e de validade emergem a partir de sua capacidade explicativa. Por confiabilidade, entende-se o grau em que uma ferramenta de avaliação produz resultados estáveis e consistentes e, por validade, o quão bem esse instrumento mede o que se pretende medir.

Mais especificamente, a extensão do seu escopo para países sulamericanos e a validade das categorias de esquerda representam desafios para a adaptação do método fora do contexto europeu. Parte da literatura (LOWE et al, 2011; BENOIT et al, 2012) critica a tendência à centralização das posições partidárias do método, enquanto outros (SLAPIN; PROKSCH, 2008) focam na grande variabilidade das classificações de partidos mais extremos. Budge e Meyer (2014) se debruçaram para tentar resolver parte desse problema, focando principalmente na capacidade de tais categorias serem capazes de medir a longo prazo preferências político-partidárias. Por outro lado, críticas ao método apontam para a incapacidade dos manifestos representarem posições reais (HANSEN, 2008; DINAS; GEMENIS, 2009; GEMENIS, 2013).

A expansão da aplicação do método padrão do *Manifesto Project* para o cenário político sulamericano desperta preocupações relativas à sua adequação. Características distintas do contexto europeu como abertura política recente, desigualdade social, e ainda a presença de clientelismo e populismo criam desafios que impactam diretamente na estimação das posições ideológicas dos manifestos de partidos e coalizões sulamericanos. Não há atenção dispensada, portanto, à validade e confiabilidade da transposição das categorias para esse diferente contexto, mas apenas à possível criação de subcategorias (ARES; VOLKENS, 2017).

Para verificar a validade e confiabilidade das estimações realizadas pelos pesquisadores do MARPOR, inicialmente discutimos os critérios que orientaram a construção da RILE e que afetam a estimação das posições de todos os manifestos, independentemente do país. Desse modo, destacamos o impacto da teoria da saliência sobre a escala e as imprecisões metodológicas decorrentes da mensuração de categorias que foram fundamentadas em perspectivas teóricas distintas. Em seguida, avaliamos a adequação da aplicação da RILE no contexto sulamericano, particularmente em manifestos argentinos, brasileiros e chilenos.

Nesse sentido, para cumprir o objetivo proposto neste paper, analisamos os resultados das estimações realizadas pelos pesquisadores do MARPOR das posições ideológicas dos manifestos de campanha brasileiros nas eleições presidenciais de 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014; dos argentinos nas eleições presidenciais de 1995, 1999, 2003, 2007 e 2011; e

dos chilenos nas eleições presidenciais de 1989, 1993, 1999, 2005, 2009 e 2013¹. Nossas inferências foram embasadas no contraste entre essas estimações ideológicas e as estimações realizadas por especialistas para os mesmos partidos/coalizões daqueles países.

3. A PERSPECTIVA DA *SALIENCY THEORY* PREJUDICA A CONSTRUÇÃO DA ESCALA RILE?

Ao partir da perspectiva da *teoria da saliência* para fundamentar o método padrão do *Manifesto Project*, o principal foco do MARPOR passou a ser a identificação dos assuntos mais salientes no manifesto de um partido, isto é, aqueles que os partidos despendem maior atenção. Essa é a principal estratégia do grupo para identificar as diferenças entre os partidos. Com efeito, o quadro analítico do MARPOR conta com 56 categorias, que por cobrirem uma variada gama de temáticas, auxiliam o objetivo de identificar aquelas mais salientes em cada manifesto.

A escala RILE, por sua vez, visa posicionar o manifesto de um partido em um espaço ideológico unidimensional, que varia da esquerda à direita. Nesse sentido, o principal intuito dessa escala é destacar as diferenças de posicionamento ideológico entre os partidos. Contudo, a forma como esta escala é construída parece prejudicar, ao menos parcialmente, este objetivo. Antes de esclarecer esta questão vejamos na tabela 1 as 26 categorias que formam a RILE:

Tabela 1 – Categorias da Escala Esquerda-Direita (RILE)

Esquerda		Direita	
Código	Categoria	Código	Categoria
per103	Anti-imperialismo: Positivo	per104	Forças Armadas: Positivo
per105	Forças Armadas: Negativo	per201	Liberdade e Direitos Humanos
per106	Paz: Positivo	per203	Constitucionalismo: Positivo
per107	Internacionalismo: Positivo	per305	Autoridade Política
per202	Democracia	per401	Livre Iniciativa
per403	Mercado Regulado	per402	Incentivos Econômicos
per404	Planificação Econômica	per407	Protecionismo: Negativo
per406	Protecionismo: Positivo	per414	Ortodoxia Econômica
per412	Economia Controlada	per505	Limitação do Welfare State
per413	Nacionalização	per601	Modo de vida nacional: Positivo
per504	Expansão do Welfare State	per603	Moralidade Tradicional: Positivo
per506	Expansão da Educação	per605	Lei e Ordem
per701	Organizações Trabalhistas: Positivo	per606	Harmonia Social

Fonte: BUDGE, 2013, pp.4-5.

¹ No caso dos três países, os pesquisadores do MARPOR codificaram apenas os manifestos dos partidos ou coalizões mais votados naquelas eleições. A identificação dos manifestos e os resultados dessas estimações e a frequência absoluta individual das categorias que compõem o *Manifesto Corpus* foram coletados no *Manifesto Project Database*: <https://manifesto-project.wzb.eu/> e estão disponíveis nos Anexos I, II e III, IV, V e VI.

Tal como é evidenciado na tabela 1, a principal estratégia do MARPOR foi agrupar nos espectros que eles entendem como esquerda e direita categorias que seriam mais salientes para partidos de esquerda e de direita e não necessariamente categorias que expressassem divergências de posições sobre um mesmo assunto. Assim, categorias de esquerda se concentraram em temáticas de relações exteriores e em temáticas socioeconômicas, enquanto que as categorias de direita se concentraram menos em relações exteriores, e focaram em temas que abordam o sistema político, valores sociais e a economia. Apenas três entre os treze pares de categorias estão em oposição direta: “Forças Armadas”, “Protecionismo” e “Welfare State”.

Há, contudo, dentro do quadro de 56 categorias outras possibilidades de pareamentos que foram deixados de fora da escala, resultando na dificuldade de comparar posições antagônicas sobre um mesmo assunto na escala esquerda-direita. Em alguma medida, a opção por combinar elementos que destacam saliência com diversidade ideológica resulta em imprecisões na aferição das posições dos manifestos dos partidos na escala. Essa imprecisão afeta não somente os partidos dos países sulamericanos, mas os partidos de todos os países em que o método é aplicado. Existe ainda, uma imprecisão anterior na construção da escala RILE, relacionada à fundamentação teórica das categorias. Analisamos esta questão na seção seguinte.

4. DESCOMPASSO ENTRE TEORIA E MENSURAÇÃO IDEOLÓGICA: AS CATEGORIAS DE ESQUERDA DA ESCALA RILE.

A unidade de codificação do método do *Manifesto Project* é a quase-sentença. Esta é definida como um argumento que é a expressão verbal de um assunto ou de uma ideia política. Ela é frequentemente separada no texto por vírgula ou ponto e vírgula. As quase-sentenças identificadas em um manifesto passam por um processo de codificação, em que individualmente são classificadas em uma das 56 categorias que compõem o quadro analítico do MARPOR (KLINGEMANN et al. 2006). Em seguida, ocorre a contagem da frequência das categorias temáticas. Todas as quase-sentenças classificadas são contadas da mesma maneira. A frequência final de cada categoria varia quanto a métrica de cada manifesto. Isto é, considerando que as métricas dos programas partidários variam consideravelmente, são calculados os percentuais que cada categoria representa em relação ao número total de sentenças em um programa.

Ainda que o procedimento de contagem de frequência das categorias baseado na métrica do manifesto seja adequado, uma imprecisão parece ocorrer no momento anterior à contagem. Estamos falando do momento em que é atribuído o peso a cada quase-sentença individualmente classificada. Todas as quase-sentenças são contadas da mesma maneira, recebendo peso 1 a cada vez em que aparecem, o que a primeira vista pode parecer um procedimento adequado. Contudo, um olhar mais atento pode revelar um profundo descompasso entre as teorias que fundamentaram a construção das categorias e a métrica atribuída às quase-sentenças classificadas. Analisemos esta questão com a devida atenção.

Após serem aferidas as frequências das 56 categorias do Manifesto Project em cada programa partidário, calcula-se a posição do partido emissor do manifesto em uma escala esquerda-direita (RILE). Essa escala é composta por 26 categorias, sendo que 13 delas representam ideários de esquerda e outras 13 representam ideários de direita, conforme a tabela 1. Para calcular o posicionamento dos manifestos na RILE faz-se necessário subtrair a soma dos percentuais das 13 categorias de esquerda da soma dos percentuais das 13 categorias de direita:

$$\text{RILE: } \sum \text{Right categories} - \sum \text{Left categories}$$

A partir do resultado deste cálculo é possível posicionar o manifesto de um partido/coalizão em uma escala que varia de -100 a +100, sendo esses pontos considerados como os extremos de esquerda e de direita, respectivamente. Os pesquisadores do MARPOR não explicam detalhadamente porque as 26 categorias citadas foram escolhidas dentre as 56 totais. Sobre o fato de elas pertencerem ao domínio da esquerda ou da direita uma justificativa é ensaiada. No caso das categorias de esquerda, os autores argumentam que elas encontram fundamento teórico nos escritos marxistas, que enfatizam a intervenção estatal na economia e o bem-estar social, juntamente com a ideia leninista de que a internacionalização do capitalismo por meio da expansão colonial das potências imperialistas levaria ao conflito e à guerra (KLINGEMANN et al., 2006).

Todavia, ao analisarmos as 13 categorias identificadas como esquerda, a primeira constatação que podemos fazer é a de que nem todas elas encontram fundamento teórico nos escritos marxistas. Isto é, há categorias de esquerda fundamentadas no keynesianismo e em uma miríade de perspectivas liberais. A segunda, é a de que entre aquelas fundamentadas no marxismo há enormes diferenças de posicionamento teórico, que separam, por exemplo, marxistas ortodoxos de marxistas reformistas. Vejamos atentamente essas diferenças, em cada um dos domínios temáticos do MARPOR.

Relações Exteriores

As quatro primeiras categorias de esquerda pertencem, no quadro analítico do MARPOR, ao domínio político das Relações Exteriores. Tratam-se das categorias “Anti-imperialismo: positivo”, “Forças Armadas: negativo”, “Paz: positivo” e “Internacionalismo: positivo”. Analisadas em conjunto, essas categorias sugerem que uma visão de esquerda das relações exteriores seria balizada pelo não-intervencionismo, pela redução ou manutenção das forças armadas ao mínimo necessário e não utilização dessas forças para resolver conflitos, pela busca pela paz e pela cooperação através de instituições internacionais. Dentro do quadro teórico das relações internacionais essa visão pode ser caracterizada de duas formas. Ressaltando-se o não-intervencionismo e a crítica à todas formas de imperialismo temos uma visão liberal isolacionista. Por outro lado, ressaltando-se as definições das outras três categorias temos uma visão liberal internacionalista.

A esse respeito, é mais clara a contribuição da teoria marxista em relação à categoria “Anti-imperialismo: positivo”. O MARPOR define o escopo desta categoria na identificação, nos manifestos partidários, de referências negativas ao comportamento imperial ou manifestação de forte influência, seja política, militar ou econômica, de um Estado sobre outros Estados e também de organizações financeiras internacionais sobre Estados. Essa categoria encontra fundamento na obra de Vladimir Lênin. Para Lênin (2010), a luta de classes no plano internacional manifesta-se por meio do conflito entre Estados nacionais, que ele classifica como “oprimidos” e “opressores”, sendo os primeiros caracterizados como imperialistas. Estes, na fase monopolista do capitalismo, expandiram a busca de novos territórios (as colônias), criando condições para a exportação de capital e apropriação de novos mercados para investimento e novas fontes de matérias-primas. Lênin (*ibid*) acreditava, contudo, que a internacionalização do capitalismo por meio da expansão colonial das potências imperialistas levaria ao conflito e à guerra.

Por outro lado, as categorias “Forças Armadas: negativo”, “Paz: positivo” e “Internacionalismo: positivo” não são tributárias do marxismo. Sabemos que há uma perspectiva internacionalista dentro da teoria, mas esta não influenciou a definição daquela categoria do MARPOR. Em Marx, o internacionalismo é definido como a estratégia do proletariado, que deveria ser concebido como uma classe internacional. O autor acreditava que a luta de classes se internacionalizaria na medida em que a exploração do trabalho se tornasse um problema social envolvendo todos os países em que a sociedade moderna existe (MARX, 1963). Nesse sentido, a criação de uma Associação Internacional dos Trabalhadores seria fundamental para

que o interesse comum dos proletários de todas as nações fosse formulado e traduzido em estratégias políticas.

Todavia, no quadro do MARPOR, “Internacionalismo: positivo” diz respeito à necessidade de cooperação entre Estados, apoio à organizações internacionais e à estruturas de governança global. Junto com “Forças Armadas: negativo” e “Paz: positivo”, a definição de “Internacionalismo: positivo” foi fortemente influenciada pela tradição liberal das relações internacionais. Diante da natureza conflituosa decorrente da anarquia no sistema internacional, os liberais vislumbram a possibilidade de transformá-la através de uma ordem mais cooperativa, possibilitada por meio de instituições internacionais, cuja visão decorre, sobretudo, dos escritos de Immanuel Kant (2003). Ao olhar o estado de natureza que impera no plano internacional, Kant vislumbra a possibilidade de uma convivência pacífica, mesmo que na ausência de um Leviatã que governe a todos. A tendência racional é que os Estados se aproximariam por interesse, percebendo que a paz é vantajosa e a guerra irracional. O pacto internacional deveria ser conduzido pelas repúblicas, formando uma federação de povos livres. Com efeito, rejeita-se, nessa visão, o emprego da violência, como o uso das forças armadas, para a resolução de conflitos decorrentes da anarquia. Ao contrário, a ênfase é dada nas relações pacíficas que as repúblicas (democráticas) mantêm entre si e na possibilidade de cooperação internacional.

Economia

Dentro do domínio político da Economia estão, no quadro do MARPOR, as categorias “Mercado Regulado”, “Economia Controlada”, “Planificação Econômica”, “Protecionismo: Positivo” e “Nacionalização”. Ainda que todas essas categorias possam ser associadas à esquerda, elas não se fundamentam no marxismo.

A categoria “Mercado Regulado” se refere ao apoio à políticas destinadas a criar um mercado econômico justo e aberto. De acordo com Hertog (1999), não há uma definição do termo “regulação” na literatura jurídica e econômica. Sendo assim, o autor a define como o emprego de instrumentos jurídicos para a implementação de objetivos de política socioeconômica. Há diversas teorias que fundamentam a regulação, tais como a teoria do interesse público, a teoria da regulação de Escola de Chicago, as teorias da escolha pública e concepções marxistas. A teoria do interesse público sustenta que a regulação é fornecida em resposta à demanda do público pela correção de práticas de mercado ineficientes ou injustas. Sob a perspectiva de Chicago, a regulação, em regra, é adquirida pela indústria e é projetada e operada principalmente para seu benefício (STIGLER, 1971). Por sua vez, os teóricos da escolha pública de Virginia criticam os teóricos de Chicago pela sua desconsideração das

ineficiências da regulação. Em contrapartida, marxistas entendem que a regulação econômica não se trata de interesse público, mas é um processo pelo qual grupos de interesse buscam promover seus interesses (privados), assumindo várias formas distintas (POSNER, 1974).

A categoria “Economia Controlada” diz respeito ao controle direto do governo sobre a economia, incluindo controle sobre preços e introdução de salário mínimo. Por seu turno, a categoria “Planificação Econômica” se refere a planos a longo prazo, de políticas e estratégias. Trata-se de um mecanismo de alocação de recursos que é contrastado com o mecanismo de mercado. Rosa Luxemburgo defendia que o fim do capitalismo marcaria o fim da economia política como ciência; com 'a transição para um modo planificado de produção conscientemente organizado por toda a força de trabalho da sociedade' não haveria mais uma ciência das leis de desenvolvimento da economia (LUXEMBURGO, 1954), mas presumivelmente apenas um corpo de técnicas de planificação. Em conjunto, a estratégia da planificação levada a cabo por uma economia controlada tornou-se prática corrente nas economias socialistas.

Por seu turno, a categoria “Protecionismo: positivo” é definida pelo MARPOR considerando menções favoráveis sobre a extensão ou manutenção de medidas de proteção dos mercados internos. Associado à teoria econômica do mercantilismo, o protecionismo foi defendido precipuamente por Friedrich List (1841), em crítica frontal ao domínio da doutrina do livre comércio na teoria do comércio internacional, desenvolvida por Smith e Ricardo. List expressava a necessidade de melhorar o desenvolvimento industrial nacional antes de obter uma política de livre comércio entre nações em estágios comparáveis de revolução industrial. Já no século XX, M. Manoilescu (1929) desenvolveu a teoria do protecionismo geral, em que demarcava uma diferença com o "protecionismo temporário" de List. O autor construiu sua teoria refutando o princípio de vantagem comparativa de Ricardo, junto com a teoria trabalhista ricardiana do valor. Manoilescu defendia que mecanismos de proteção deveriam se concentrar em setores de retorno crescentes e não apenas em setores de produtividade. Recentemente, autores (NENOVSKY; TORRE, 2015) argumentaram que a teoria de Manoilescu capturou algumas das idéias básicas da teoria do valor de Marx, especialmente as interpretações pós-marxistas do valor do trabalho e da mais-valia gerada na moeda estrangeira. Porém, ainda que haja similaridades teóricas e que o protecionismo contemporâneo seja defendido por partidos e governo de esquerda, essa contribuição não é teoricamente e historicamente associada ao marxismo.

Finalmente, o MARPOR entende como “Nacionalização” menções favoráveis a respeito de propriedade governamental de indústrias, sejam parciais ou completas; e que defendam a manutenção de indústrias nacionalizadas ou nacionalização de indústrias atualmente privadas.

É importante salientar, contudo, que a ideia de nacionalização em si nada tem a ver com o socialismo e existiu sob regimes não-socialistas e, até mesmo, anti-socialistas (HASTINGS et al., 2000). Em contrapartida, a nacionalização foi um dos principais mecanismos defendidos pelos socialistas reformistas e social-democratas para a transição gradual para o socialismo. Nesse sentido, não é possível estabelecer uma associação direta entre marxismo ortodoxo e nacionalização.

Bem-Estar e Qualidade de Vida

Dentro do escopo do domínio “Bem-Estar e Qualidade de Vida” o MARPOR selecionou duas categorias representando a esquerda. Tratam-se das categorias “Expansão do Welfare State” e “Expansão da Educação”, que encontram fundamento teórico no keynesianismo. No livro *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, John Maynard Keynes (1936) defendeu a necessidade de um Estado fortemente intervencionista e regulador, que através de algumas medidas, como fixação cambial, juros baixos e políticas de bem-estar garantiriam pleno-emprego, alto crescimento econômico e redistribuição de renda. De acordo com Clark Kerr (1960), trata-se de um novo e expandido papel para o estado manter a força de trabalho e alcançar coordenação e consenso em uma sociedade urbana complexa.

Grupos Sociais

No domínio dos “Grupos Sociais”, a categoria “Organizações Trabalhistas: Positivo” se refere, segundo o MARPOR, ao avanço de questões trabalhistas e ao apoio à todos os grupos de trabalhadores, sindicatos e à classe trabalhadora em geral, incluindo desempregados. Nesse sentido, é clara a vinculação dessa perspectiva à teoria marxista. Embora a visão de Marx e Engels sobre organizações trabalhistas tenha se complexificado ao longo do tempo, cabe destacar que inicialmente eles as entenderam como sendo potencialmente revolucionárias (BOTZ, 2013). No Manifesto Comunista, Marx e Engels (1963) argumentam que essas organizações desempenharam uma função útil ao ajudar a manter os salários e, mais importante, colocaram em movimento um grande número de trabalhadores em ações cada vez mais coordenadas e em organizações maiores e centralizadas. Essas lutas se tornaram políticas, desafiando o estado e suas políticas por causa de seu tamanho e escopo.

Democracia é uma categoria ideológica?

Finalmente, tratamos da categoria “Democracia: Positivo”. O MARPOR estabelece que se enquadra nesta categoria menções favoráveis à democracia, isto é, que a entendam como o

único jogo possível, destacando-a como método ou objetivo em organizações nacionais (sindicatos trabalhistas, partidos políticos etc.), e internacionais; enfatizando a necessidade do envolvimento de todos os cidadãos na tomada de decisões políticas; ou apoios a características de regimes democráticos, tais como estado de direito, divisão de poderes e independência dos tribunais. Abrange ainda menções que destacam os sistemas de democracia representativa e de democracia direta. Como se percebe, o enquadramento dado à categoria parte de uma descrição formal de democracia. Ainda assim, o MARPOR considera a categoria “Democracia: Positivo” como sendo componente à esquerda. Todavia, considerando o enquadramento colocado seria a democracia uma categoria de esquerda ou ainda, poderia ela ser enquadrada na direita?

Segundo Bobbio (1996), a resposta para este questionamento seria negativa. Democracia não poderia ser classificada nem como uma categoria de esquerda nem como uma categoria de direita. Partindo do conceito de liberdade, que é considerado um bem individual, o autor argumenta que o ideal da liberdade encontra sua realização nos princípios e nas regras que estão nas bases dos governos democráticos. Por outro lado, a radicalidade de projetos de transformação, sejam revolucionários ou contrarrevolucionários, tem em comum a convicção de que sua realização depende da instauração de regimes autoritários:

a left-wing extremist and a right-wing extremist share a rejection of democracy (...) Their rejection of democracy brings them together, not because of their position on the political spectrum, but because they occupy the two extreme points of that spectrum. The extremes meet. (Bobbio, 1996: 21)

Desse modo, a diáde liberdade-autoridade serviria apenas para distinguir a ala moderada da ala extremista tanto na esquerda quanto na direita. Esse entendimento é compartilhado por Jahn (2010), para quem a referência à democracia não se inclina nem para a esquerda nem para a direita, mas, ao contrário, é uma medida para entender o grau de radicalismo.

O impacto das diferentes fundamentações teóricas na escala RILE

Conforme analisamos, as categorias de esquerda do MARPOR encontram fundamento em diferentes perspectivas teóricas. De que modo essas diferenças, contudo, impactam na construção da RILE? Entendemos que reside neste aspecto uma grave imprecisão. Ao equivaler categorias de esquerda como “Anti-imperialismo” e “Expansão do *Welfare State*”, por exemplo, nega-se as diferenças teóricas entre elas. Entender essas diferenças são fundamentais na medida em que elas moldam as posições e a identidade política de um partido.

Ao homogeneizar a forma de contagem das categorias, o MARPOR perdeu de vista essas diferenças.

O resultado disso é que, hipoteticamente, se um partido de extrema-esquerda defender somente posições em consonância com o “Anti-imperialismo” e um partido social-democrata defender somente posições visando a “Expansão do *Welfare State*”, os dois estarão posicionados juntos ao final, na escala RILE, à extrema esquerda, na posição -100, embora seja evidente que o partido que defende apenas posições anti-imperialistas estaria mais à esquerda do que o partido que adota apenas posições em prol da expansão do *welfare state*. Desse modo, a métrica de escala ideológica do MARPOR não corresponde às diferenças teóricas que fundamentam as posições partidárias.

Encerradas as considerações sobre as imprecisões gerais do método de estimação ideológica do MARPOR, passamos a analisar na seção seguinte as imprecisões específicas aos países sulamericanos.

5. DESIGUALDADES E PERCEPÇÕES SOBRE POLÍTICAS DE BEM-ESTAR SOCIAL NA ARGENTINA, NO BRASIL E NO CHILE.

No final do século XX, a crescente onda de democratização pelos quais os países da América Latina passaram foi acompanhada por diversos problemas de cunho econômico e social. Entre os anos 80 e 90, o cenário era de crescimento da dívida externa na região, seguido de estagnação econômica e altos índices inflacionários (BANDEIRA, 2002). Sob o signo da recessão econômica, a modernização no plano social, tão esperada a partir da abertura política, não acompanhou as mudanças políticas dos países latinos, desembocando numa crise social que afetou a sobrevivência das sociedades nacionais (WEFFORT, 1990). Diante dessa conjuntura, a democratização em massa experienciada na América Latina longe de ser um sucesso absoluto passou por períodos de retrocesso pelo baixo desempenho dos governos que não conseguiram promover o crescimento econômico, diminuir a desigualdade social, pobreza e crescimento da violência (MAINWARING; HAGOPIAN, 2005).

Na Argentina, se as medidas iniciais adotadas pelo presidente Carlos Menem conseguiram controlar a inflação e promover crescimento econômico aos custos de privatizações e a quase total desnacionalização da economia, aliada ao câmbio atrelado ao dólar e a entrada de recursos externos, no final do seu mandato a dívida do país era equivalente a 50% do PIB (BANDEIRA, 2002). Mesmo com as reformas radicais de Menem, o país foi levado para uma das suas maiores depressões. Nos anos seguintes, protestos massivos pelo país, motivados pelos problemas econômicos e sociais desencadearam duas

renúncias presidenciais sucessivas em poucos dias, levando a democracia do país à beira do abismo (LEVITSKY, 2005).

No Brasil o cenário econômico e social não foi muito diferente pós-ditadura, com o agravamento da crise econômica indicado pela queda industrial, aumento da taxa de desemprego em mais de 6%, desvalorização do salário mínimo e aumento da concentração de renda e desigualdade social (FLEURY, 1994). Na década de 90, o país havia construído um dos maiores parques industriais e, com o então presidente Fernando Henrique Cardoso e o Plano Real, conteve-se a inflação, mas não a alta taxa do câmbio, que encareceu os produtos brasileiros (BANDEIRA, 2002). Mais de 15 anos passados da abertura democrática, o Brasil ainda apresentava problemas graves como a violência urbana, analfabetismo, má qualidade da educação, oferta inadequada de serviços de saúde e desigualdades sociais e econômicas (CARVALHO, 2012).

O Chile, por sua vez, é tomado por grande parte dos estudiosos como uma das democracias mais bem-sucedidas da América Latina (HAGOPIAN, 2005). Diferentemente dos outros países, não se enfrentava no Chile uma crise econômica aguda que exigira planos econômicos emergenciais, ainda que houvesse uma expectativa por parte da sociedade civil por algumas melhorias, tais como emprego, acesso a saúde e educação, diminuição das desigualdades sociais e integração de setores marginalizados (GARRETÓN, 1992).

Com a crise mundial advinda da bolha imobiliária dos EUA, no ano de 2008, a América Latina é atingida pelas condições econômicas externas e passa a sofrer, mais uma vez, com agravamento dos problemas socioeconômicos. Países já bastante industrializados, como Argentina, Brasil, Chile, Peru, México e Colômbia sofreram com a baixa das exportações e crédito externo, aumento de juros, retração do mercado interno, baixa da produção e consequente aumento do desemprego (SINGER, 2009).

Ainda que atualmente alguns problemas enfrentados à época tenham sido amenizados, a região ainda apresenta extrema fragilidade no que diz respeito ao acesso de qualidade à saúde, educação, diminuição das desigualdades sociais e redução da violência. No ano 2017, o Brasil voltou a registrar aumento da desigualdade social impulsionada pelo crescente desemprego na região, que em 2016 chegou a atingir patamar recorde. A Argentina com o fim do ciclo dos *commodities* e altos gastos do governo, a partir de 2011, aprofundou-se num desequilíbrio fiscal e econômico, desembocando na alta do desemprego, hoje superando os 9%.

Diante dessa conjuntura, é visível que os países latinos têm enfrentado a difícil tarefa de promover crescimento econômico e social. A quebra da hegemonia neoliberal e o retorno da

concepção de desenvolvimento econômico abriram espaço para integração entre economia e políticas sociais, na qual a ideia de *Welfare State* é essencial (DRAIBE e RIESCO, 2011). De acordo com Esping-Andersen (1991, p.100), poucos discordariam da proposição pioneira de proposta por T. H. Marshall, “de que a cidadania social constitui a ideia fundamental de um *Welfare State*, mas que também “deve envolver a garantia dos direitos sociais”. Assim sendo, ao compreender *Welfare State* como um conjunto de direitos sociais garantidos pelo Estado com o objetivo de promover certa harmonia entre desenvolvimento econômico e estabilidade social (GOMES, 2006), não é de se estranhar que os partidos políticos latinos, independente do espectro ideológico ao qual pertencem, tenham incorporado ao longo dos anos a garantia de tais direitos em seus discursos.

Programas Sociais como o Bolsa Família no Brasil, encabeçado pelo Partidos dos Trabalhadores – PT, tem a manutenção defendida mesmo pelos seus opositores. Protestos recentes no Chile contra o atual sistema previdenciário, que excluiria os trabalhadores formais e contra a reforma da educação superior; e os protestos de 2017 que terminaram em violência na Argentina contra a reforma das pensões, proposta pelo governo do presidente Macri, são importantes demonstrações da cobrança por parte da sociedade de garantias mínimas contempladas via *Welfare State*.

Com efeito, os partidos políticos de Brasil, Chile e Argentina têm reproduzido enfaticamente em seus manifestos essas demandas, independentemente de suas posições ideológicas, de tal modo que, quando posicionados na escala RILE do MARPOR tendem a ocupar um espaço mais à esquerda do que geralmente são classificados por especialistas. Passamos a análise desses casos.

No que diz respeito ao Brasil, o MARPOR classificou os manifestos dos partidos que receberam mais votos nas eleições ocorridas entre 1994 e 2014. Conforme demonstra o índice obtido na escala RILE, na tabela 2, exceto pelo manifesto do PSDB na eleição de 1994 (posicionado à centro-direita), todos os outros manifestos codificados, de todos os partidos, em todas as eleições analisadas do Brasil, foram classificados da centro-esquerda à esquerda. Em contrapartida, o PSDB tem sido posicionado por especialistas como um partido de centro (RODRIGUES, 2002). O PRONA, enquanto existiu, era classificado como um partido de direita (MAINWARING, MENEGUELLO e POWER, 2000). Já PPS, PSB, PT são classificados por especialistas como centro-esquerda (ZUCCO, 2011), e o PSOL mais a esquerda (ZUCCO, 2011; TAROUCO e MADEIRA, 2013), o que está em consonância com as estimativas do MARPOR.

Tabela 2 – Posição dos partidos brasileiros na RILE e contribuição (em %) das categorias de expansão do welfare state e expansão da educação entre as categorias de esquerda.

Partido	Ano	RILE	per504	per506	Total Welfare
PT	1994	-27.134	43.1	25.5	68.6
	1998	-19.905	29.4	17.6	47
	2002	-21.955	36.7	13.5	50.2
	2006	-19.005	35.1	23.9	59
	2010	-13.636	37.2	23.1	60.3
	2014	-12.048	30.3	32.4	62.7
	<i>Média</i>	<i>-18.947</i>	<i>35.3</i>	<i>22.7</i>	<i>58.0</i>
PSDB	1994	4.843	29.8	30.6	60.4
	1998	-18.318	56.4	19.4	75.8
	2002	-10.523	51.6	16.8	68.4
	2006	-9.202	39.3	22.5	61.8
	2010	-11.302	47.9	26.1	74
	2014	-5.085	44.0	31.5	75.5
	<i>Média</i>	<i>-8.265</i>	<i>44.8</i>	<i>24.5</i>	<i>69.3</i>
PRONA	1994	-27.333	43.0	37.0	80
	<i>Média</i>	<i>-27.333</i>	<i>43.0</i>	<i>37.0</i>	<i>80</i>
PSB	2002	-12.53	19.8	38.5	58.3
	2014	-5.394	43.7	40.2	83.9
	<i>Média</i>	<i>-8.962</i>	<i>31.75</i>	<i>39.35</i>	<i>71.1</i>
PPS	1998	-15.974	31.6	17.3	48.9
	2002	-20.711	21.0	16.5	37.5
	<i>Média</i>	<i>-18.342</i>	<i>26.3</i>	<i>16.9</i>	<i>43.2</i>
PSOL	2006	-51.128	10.4	4.2	14.6
	<i>Média</i>	<i>-51.128</i>	<i>10.4</i>	<i>4.2</i>	<i>14.6</i>
PV	2010	-28.302	35.7	42.9	78.6
	<i>Média</i>	<i>-28.302</i>	<i>35.7</i>	<i>42.9</i>	<i>78.6</i>
<i>Todos</i>	<i>Média</i>	<i>-17.086</i>	<i>36.1</i>	<i>25.2</i>	<i>61.3</i>

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados de (LEHMANN et al, 2018).

De todo modo, argumentamos que mesmo os partidos de esquerda estariam posicionados mais à esquerda de sua posição real. Se por um lado o descompasso entre as perspectivas teóricas que fundamentam as categorias de esquerda do MARPOR e sua métrica prejudicam a estimação da posição dos partidos, de outro, as categorias associadas ao bem-estar social atuam como uma força centrífuga, empurrando os partidos mais à esquerda. Conforme mostra os dados da tabela 2, entre as eleições de 1994 e 2014, as categorias “Expansão do Welfare State” e “Expansão da Educação” representaram em média 61.3% de todas as posições de esquerda de PT, PSDB, PRONA, PSB, PPS, PSOL e PV. Especificamente, a categoria “Expansão do Welfare State” foi a mais frequente entre as

categorias de esquerda nos manifestos do PT em 1994, 1998, 2006 e 2010; do PSDB em 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014; do PRONA em 1994; do PPS em 1998 e 2002, do PV em 2010 e do PSB em 2014. Já a categoria “Expansão da Educação” foi a categoria de esquerda mais frequente nos manifestos do PSDB em 1994, do PSB em 2002 e do PT em 2014.

Ademais, a comparação do impacto das categorias de bem-estar social sobre as posições do PT e do PSDB reforça nosso argumento. Nos manifestos do PSDB as categorias “Expansão do Welfare State” e “Expansão da Educação” representaram, em média, 69.3% de suas posições de esquerda, enquanto que no PT as mesmas categorias representaram, em média, 58% de suas posições de esquerda. Desse modo, apesar de o PSDB sempre ser classificado por especialistas à direita do PT (RODRIGUES, 2002; MAINWARING, MENEGUELLO e POWER, 2000; ZUCCO, 2011), fica evidente que as categorias ligadas ao bem-estar social empurram o PSDB mais à esquerda de sua posição real. De fato, as estimações do MARPOR confirmam, em parte, as análises dos especialistas, com o PSDB sendo posicionado à direita do PT (RODRIGUES, 2002; MAINWARING, MENEGUELLO e POWER, 2000; ZUCCO, 2011). No entanto, destaca-se que nas estimações do MARPOR tanto PSDB (-8.265) quanto PT (-18.947) aparecem à centro-esquerda.

No caso chileno, o MARPOR codificou os manifestos das principais coalizões que disputaram as eleições presidenciais do país entre 1989 e 2013. Somente os manifestos de membros da coalizão Alianza nas eleições de 1989, 1993 e 2005 foram posicionados à centro-direita na RILE. Os demais manifestos, das demais coalizões, em todas as eleições, foram posicionados à centro-esquerda. Na média do período, apenas a Alianza está posicionada à centro-direita. Especialistas, por sua vez, têm classificado a Concertación (a partir de 2013 “Nueva Mayoría”) à centro-esquerda; a Alianza e seus membros individualmente, Unión Demócrata Independiente (UDI) e Renovación Nacional (RN), à direita (RAMI; LEAL, 2014); Juntos Podemos Más, (RAMI; LEAL, 2014); e Si Tú quieres, Chile cambia, à esquerda (DOSEK; FREINDEBERG, 2014) e a candidatura independente de Francisco Javier Errázuriz em 1989, ao centro (KLUGMANN, 1991).

Assim como no caso brasileiro, as categorias “Expansão do Welfare State” e “Expansão da Educação” representaram a maioria (em média 55.8%) das posições de esquerda das coalizões Concertación/Nueva Mayoría, da Alianza, da candidatura de Francisco Javier Errázuriz em 1989, do Juntos Podemos Más, da Nueva Mayoría para Chile e do Si tú quieres, Chile cambia. Particularmente, a categoria “Expansão do Welfare State” foi a mais frequente entre as categorias de esquerda nos manifestos da Concertación em 1999, 2005, 2009 e já como Nueva Mayoría, em 2013; da Alianza em 1999 e 2009; da candidatura independente de

centro em 1989; da Nueva Mayoría para Chile e do Juntos Podemos Más em 2009. Por sua vez, a categoria “Expansão da Educação” foi a posição de esquerda mais frequente nos manifestos da Concertación em 1993; da Alianza em 1993, 2009, 2013 e de seus membros Unión Demócrata Independiente (UDI) e Renovación Nacional (RN), em 2005, quando disputaram as eleições separadamente.

Tabela 3 – Posição dos partidos chilenos na RILE e contribuição (em %) das categorias de expansão do welfare state e expansão da educação entre as categorias de esquerda.

Coalizão	Ano	RILE	per504	per506	Total Welfare
Concertación/Nueva Mayoría	1989	-15.152	12.7	19.9	32.6
	1993	-10.493	20.2	31.8	52
	1999	-13.596	37.9	29.7	67.6
	2005	-19.715	36.5	15.8	52.3
	2009	-18.857	38.9	19.4	58.3
	2013	-18.974	32.5	26.1	58.6
	<i>Média</i>	<i>-16.131</i>	<i>29.8</i>	<i>23.8</i>	<i>53.6</i>
Alianza	1989	21.405	23.0	27.8	50.8
	1993	25.347	25.7	31.9	57.6
	1999	-5.017	38.3	29.2	67.5
	2005	16.892	28.0	56.0	84
	2005	-0.809	28.6	31.0	59.6
	2009	-3.029	29.6	29.6	59.2
	2013	-28.011	32.6	35.7	68.3
	<i>Média</i>	<i>4.598</i>	<i>29.4</i>	<i>34.5</i>	<i>63.9</i>
Independiente de Centro	1989	-3.968	58.3	4.2	62.5
	<i>Média</i>	<i>-3.968</i>	<i>58.3</i>	<i>4.2</i>	<i>62.5</i>
Juntos Podemos Más	2005	-36.323	22.3	14.5	36.8
	2009	-41.486	25.3	13.8	39.1
	<i>Média</i>	<i>-38.9</i>	<i>23.8</i>	<i>14.2</i>	<i>38.0</i>
Nueva Mayoría para Chile	2009	-28.325	37.4	18.4	55.8
	<i>Média</i>	<i>-28.325</i>	<i>37.4</i>	<i>18.4</i>	<i>55.8</i>
Si tú quieres, Chile cambia	2013	-37.011	21.7	19.8	41.5
	<i>Média</i>	<i>-37.011</i>	<i>21.7</i>	<i>19.8</i>	<i>41.5</i>
<i>Todos</i>	<i>Média</i>	<i>-12.062</i>	<i>30.5</i>	<i>25.3</i>	<i>55.8</i>

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados de (LEHMANN et al, 2018).

Comparamos aqui também a contribuição das categorias de bem-estar social sobre as posições de esquerda das principais coalizões. Ainda que, em média, a posição da Alianza na RILE esteja em conformidade com a classificação de especialistas, as categorias referentes ao bem-estar social a empurram à esquerda de sua posição real. Com efeito, nos manifestos da

Alianza, as categorias “Expansão do Welfare State” e “Expansão da Educação” representaram, em média, 63.9% de suas posições de esquerda, enquanto que na Concertación/Nueva Mayoría as mesmas categorias representaram, em média, 53.6% de suas posições de esquerda.

Em relação à Argentina, o MARPOR codificou as eleições presidenciais ocorridas entre 1995 e 2011. Diferentemente dos casos brasileiro e chileno as coalizões partidárias não devem ser o único critério para avaliarmos comparativamente as mensurações da escala RILE na Argentina. Desse modo, dividimos os manifestos argentinos considerando também a recorrência de candidaturas, reconhecendo o caráter importante do personalismo no sistema político do país. Entre os vinte manifestos codificados pelo MARPOR, apenas quatro foram posicionados à centro-direita (embora muito próximos ao centro absoluto). São eles: o manifesto de Carlos Menem do Partido Justicialista (PJ) de 1995; dos irmãos Adolfo, em 2003, e Alberto Rodríguez Saá, em 2011 (os quais constituíram um peronismo dissidente, identificado como peronismo federal); e de Domingo Cavallo do Partido Acción pela República, em 1999. Todos os demais manifestos foram posicionados da centro-esquerda à esquerda pelo MARPOR.

Nesse ponto, é importante compararmos as estimações de posição do MARPOR com estimações de especialistas. De fato, especialistas têm classificado o menemismo à direita (ARDITI, 2009), o peronismo federal dos irmãos Rodríguez Saá (RETAMOZO; SCHUTTENBERG, 2016) e o partido de Domingo Cavallo à centro-direita (CAMOU, 2000). Ainda que essas classificações estejam em consonância com as estimações do MARPOR, fazemos a ressalva que o MARPOR têm posicionado essas frentes e partidos muito próximos ao centro absoluto. Por sua vez, o Partido Recrear, classificado por especialistas à centro-direita (MOREIRA, 2006), foi posicionado pelo MARPOR à centro-esquerda. Já as frentes que apoiaram Eduardo Duhalde geralmente classificadas por especialistas ao centro (RETAMOZO; SCHUTTENBERG, 2016), foram posicionados à centro-esquerda pelo MARPOR. Ademais, a Frente Amplio Progresista de Binner classificada por especialistas como Centro “gorila” (RETAMOZO; SCHUTTENBERG, 2016) foi posicionada pelo MARPOR à centro-esquerda. Por outro lado, o MARPOR confirmou as classificações de especialistas quanto a posição à centro-esquerda da Frente para la Victoria do casal Kirchner (SAÉZ, 2008; ARDITI, 2009), das candidaturas da UCR, da FREPASO e da Alianza, e do Partido Coalición Cívica ARI de Elisa Carrió (MOREIRA, 2006).

Tabela 4 – Posição dos partidos argentinos na RILE e contribuição (em %) das categorias de expansão do welfare state e expansão da educação entre as categorias de esquerda.

Coalizão	ANO	RILE	per504	per506	Total Welfare
Frente Recuperación Ética / Frente por la Lealtad (Carlos Menem)	1995	1.997	22.8	20.7	43.5
	2003	-7.958	27.6	28.9	56.5
	Média	-2.981	25.2	24.8	50
Concertación Justicialista/ Frente Popular (Eduardo Duhalde)	1999	-6.644	26.2	24.1	50.3
	2011	-50	14.6	14.6	29.2
	Média	-3.347	20.4	19.35	39.75
Frente para la Victoria (Néstor e Christina Kirchner)	2003	-22.667	15.0	20.0	35
	2007	-20.755	16.7	22.2	38.9
	2011	-3.425	14.6	14.6	29.2
	Média	-15.616	15.4	18.9	34.4
Frente del Movimiento Popular / FREJULI / Compromiso Federal (Adolfo e Alberto Rodríguez Saá)	2003	4.167	50.0	0.0	50
	2007	-26.923	40.0	40.0	80
	2011	1.245	38.0	27.8	65.8
	Média	-7.170	42.7	22.6	65.3
Unión Cívica Radical (Horacio Massaccesi / Ricardo Alfonsín)	1995	-11.136	12.5	19.8	32.3
	2011	-15.094	32.1	35.7	67.8
	Média	-13.115	22.3	27.75	50.05
Frepaso (José Octavio Bordón)	1995	-15.217	28.6	21.4	50
	Média	-15.217	28.6	21.4	50
Alianza (UCR y Frepaso) (Fernando de La Rúa)	1999	-13.04	29.9	17.4	47,3
	Média	-13.04	29.9	17.4	47,3
Una Nación Avanzada (UCR y MID) (Roberto Lavagna)	2007	-13.213	38.5	11.5	50
	Média	-13.213	38.5	11.5	50
Acción por la República (Domingo Cavallo)	1999	0.176	37.2	21.7	58.9
	Média	0.176	37.2	21.7	58.9
Recrear para el Crecimiento (Ricardo López Murphy)	2003	-0.381	8.4	77.0	85.4
	Média	-0.381	8.4	77.0	85.4
Alternativa para una República de Iguales / Coalición Cívica ARI (Elisa Carrió)	2003	-26.135	33.8	15.6	49.4
	2007	-11.006	28.9	14.1	43
	Média	-18.571	31.35	14.85	46.2
Frente Amplio Progresista (Hermes Binner)	2011	-17.351	39.0	24.1	63.1
	Média	-17.351	39.0	24.1	63.1
Todos	Média	-12.668	27.7	23.6	51.5

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados de (LEHMANN et al, 2018).

Entre as eleições de 1995 e 2011, as categorias “Expansão do Welfare State” e “Expansão da Educação” representaram, em média, 51.5% de todas as posições de esquerda das frentes que apoiaram, no núcleo do PJ, as candidaturas de Menem, Duhalde, dos Kirchner,

e dos irmãos Rodríguez Saá; das candidaturas da UCR, FREPASO, Alianza, Una Nación Avanzada, da Acción por la República, Recrear, Coalición Civica ARI e da Frente Amplio Progresista. Especificamente, a categoria “Expansão do Welfare State” foi a mais frequente entre as categorias de esquerda nos manifestos de Menem e da FREPASO em 1995; das frentes de apoio à Duhalde em 1999 e 2011; da Alianza em 1999, da Una Nación Avanzada em 2007 e da Unión Civica Radical em 2011; do Acción por la República em 1999; das frentes dissidentes dos irmãos Rodríguez Saá em 2003, 2007 e 2011; da ARI (Coalición Civica) em 2003 e 2007; e da Frente Amplio Progresista de 2011. Por sua vez, a categoria “Expansão da Educação” foi a mais frequente entre as categorias de esquerda nos manifestos da Frente de Menem e do Partido Recrear em 2003, da Frente para la Victoria de Kirchner e da FREJULI de Alberto Rodríguez Saá em 2007.

Assim como nos casos de Brasil e Chile, as categorias referentes ao bem-estar social foram as categorias de esquerda mais enfatizadas em partidos/frentes/coalizões argentinos de centro-direita. Nesse sentido, vale destacar o impacto das categorias “Expansão do Welfare State” e “Expansão da Educação” nos manifestos do Recrear, das frentes lideradas pelos irmãos Rodríguez Saá, do Acción por la República e das frentes de apoio à Menem. Apesar de todos esses partidos/frentes/coalizões serem classificados por especialistas à direita da Frente por la Victoria dos Kirchner, o impacto das categorias de bem-estar social do MARPOR foi maior nessas frentes do que nos manifestos dos Kirchner.

Ante o exposto, não resta dúvida de que as categorias “Expansão do Welfare State” e “Expansão da Educação” contribuem fortemente para o posicionamento ideológico mais à esquerda de partidos argentinos, brasileiros e chilenos na RILE. Considerando que a RILE foi construída com base no contexto político europeu e que este é fundamentalmente distinto do contexto sulamericano, comparamos², por fim, as médias de posição na RILE e de contribuição das categorias “Expansão do Welfare State” e “Expansão da Educação”, entre aqueles três países sulamericanos e quatorze nações da Europa Ocidental. Incluímos também os EUA, conformando um grupo de 15 democracias industriais avançadas, conforme a tabela 5.

No que diz respeito à RILE, o Brasil é o país posicionado mais à esquerda entre os 18 países analisados. A Argentina é o quatro e o Chile, por sua vez, é o quinto país posicionado mais à esquerda. Por outro lado, os manifestos posicionados mais à direita são de Estados Unidos, Holanda e Itália, respectivamente.

² Para tanto, selecionamos todos os manifestos codificados pelo MARPOR nas últimas cinco eleições para o Executivo (seja presidencial ou parlamentar) nos quinze países incluídos na análise. A lista de partidos e manifestos codificados por eleição, em cada país, pode ser observada no Anexo VII.

Tabela 5 - Posição média de manifestos na RILE por país e contribuição (em %) das categorias de expansão do welfare state e expansão da educação entre as categorias de esquerda nas últimas cinco eleições para o Executivo.

País	RILE	per504	per506	Total Welfare
Suécia	-6.669	37.9	26.1	64.0
<i>Brasil</i>	<i>-17.086</i>	36.1	25.2	61.3
Dinamarca	-1.861	35.4	23.8	59.2
Finlândia	-8.835	40.2	17.0	57.1
Noruega	-11.301	32.2	23.6	55.8
<i>Chile</i>	<i>-12.062</i>	30.5	25.3	55.8
Luxemburgo	-14.131	32.4	23.1	55.5
Grã-Bretanha	-1.308	33.2	19.9	53.1
Irlanda	-14.605	37.0	15.7	52.7
<i>Argentina</i>	<i>-12.668</i>	27.7	23.6	51.5
Itália	5.524	31.0	19.3	50.3
Holanda	5.947	25.4	24.8	50.2
Islândia	-7.981	31.9	17.3	49.2
Bélgica	-5.869	37.6	10.1	47.7
França	-11.094	24.7	17.5	42.3
Estados Unidos	15.5	21.1	17.9	39.0
Áustria	-10.385	21.6	17.3	38.9
Alemanha	-6.792	15.7	14.9	30.7

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados de (LEHMANN et al, 2018).

Em relação ao peso das categorias “Expansão do Welfare State” e “Expansão da Educação” entre as categorias de esquerda da RILE, mais uma vez destacamos os manifestos dos partidos sulamericanos. Nos manifestos de Brasil (somente atrás da Suécia) e Chile (em quinto) a contribuição dessas duas categorias é equivalente a dos países escandinavos, os quais tradicionalmente são associados às questões de bem-estar social. A Argentina aparece logo abaixo, ainda a frente de oito países do grupo analisado. Com efeito, fica evidente nessa comparação o peso que as categorias de bem-estar social apresentam nos manifestos sulamericanos.

6. CONSTITUCIONALISMO, LIBERDADE E DIREITOS HUMANOS SÃO VALORES ASSOCIADOS À DIREITA?

Argentina, Brasil e Chile compartilham também a experiência de terem enfrentado períodos de regimes autoritários durante o século XX. A Argentina passou por uma alta instabilidade democrática, oscilando entre governos autoritários e democráticos desde 1930 até 1983, em colapsos que ocorreram em 1930, 1951, 1966 e 1976. De forma geral, os atores políticos mais relevantes do país eram indiferentes ou contrários a regimes competitivos,

optando em curtos espaços de tempo por ganhos em regimes autoritários, radicalmente em 1951 e ainda mais em 1976, período ditatorial que durou até 1983.

Do período de uma das mais violentas democracias latino-americanas, resulta uma forte defesa dos direitos humanos e, desde então, o país luta contra a pobreza e desigualdade econômica e possui como centrais valores democráticos (MAINWARING; PÉREZ-LIÑÁN, 2013). É importante notar que embora valores democráticos tenham sido centrais para o pós-ditadura no país, houve momentos em que a responsividade esteve em jogo, como durante o governo Menem (LLANOS, 1998; PALERMO; NOVARO, 1996) ou a liberdade de expressão, durante o governo Kirchner (BOTANA, 2006).

No Brasil, o período entre 1964 e 1989 foi a mais longa experiência autoritária no país. Ao contrário dos outros países aqui discutidos, o Brasil passou por uma longa transição democrática dividida em fases, iniciada em 1974, com uma reforma do regime ditatorial; em 1982, com a abertura do processo político para atores civis e, finalmente, a partir de 1989, quando os militares deixam de estar presentes por completo no controle político do país (KINZO, 2001).

No Chile, durante a presidência de Salvador Allende, a crescente econômica levou ao colapso do sistema político em setembro de 1973 e à tomada do poder pelas forças armadas sob a liderança severa do general Pinochet, em um governo que durou até 1990, experienciando umas das mais longas e violentas ditaduras da região.

As ditaduras civis-militares que ocorreram na América Latina inauguraram um estado de exceção marcado por perseguições políticas, cidadãos exilados, fim da liberdade de expressão, extinção dos direitos políticos e o uso deliberado por parte do estado de práticas como tortura e assassinatos que levaram a inúmeras mortes.

Diante desse contexto, vivenciado por quase todos os países da região, discutir sobre constitucionalismo perpassa abordar sobre a estrutura institucional desenvolvida em função da limitação do poder estatal e das garantias de direitos básicos aos cidadãos. Neste sentido, o constitucionalismo não deixa de ser o reconhecimento da garantia de direitos individuais, na qual o primeiro limite do poder estatal está na preservação desses direitos (FARÍAS, 2008). Não por menos, os movimentos de direitos humanos estiveram presentes na transição dos regimes autoritários para as novas democracias no cone sul, principalmente por meio das demandas das vítimas de tais violações por justiça e pela verdade (ABREGÚ, 2000).

No Brasil, a Lei da Anistia de 1979 impossibilitou a punição e mesmo o reconhecimento dos executores de crimes contra os direitos humanos (NEVES, 2012). No Chile, apesar da instituição de uma comissão da verdade sob o governo da *Concertación*, não houve

contestação da Lei de Anistia aprovada em 1978, ainda no governo de Pinochet (BURT, 2011). Na Argentina houve uma limitação, sob o governo de Alfonsín, de uma limitação dos processos judiciais sobre a punição dos responsáveis pelas violações no período ditatorial (PAIGE, 2011). É notável que a pauta que defende os direitos humanos, liberdade e constitucionalismo é, em geral, praticada por partidos de esquerda.

Apesar disso, na escala RILE do MARPOR as categorias que tratam da defesa do constitucionalismo (per201) e da liberdade e direitos humanos (per203) estão posicionadas à direita e nenhuma adaptação foi realizada para o estudo dos casos latinoamericanos (ARES; VOLKENS, 2017). É necessário considerar, no entanto, que no caso latino-americano em geral, e especificamente nos casos de Argentina, Brasil e Chile, valores relacionados ao constitucionalismo e à liberdade e direitos humanos estão vinculados à esquerda.

Paradoxalmente, nenhum partido/coalizão em nenhum dos países aqui estudados teve em seus manifestos quase-sentenças classificadas na categoria “Liberdade e direitos humanos” pelo MARPOR. Redigida por representantes de todas as regiões do mundo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948. Desde então, ela tem sido utilizada como um padrão de objetivos comuns para todos os países, estabelecendo, pela primeira vez, quais os direitos humanos fundamentais devem ser universalmente protegidos, como direito à vida, liberdade e igualdade perante à lei.

Entendemos a ausência da defesa pela liberdade e direitos humanos como sendo resultado da existência de Constituições que já apresentam a garantia desses direitos fundamentais. Além disso, dentro da teoria da saliência, é esperado que partidos enfatizem em seus manifestos apenas os assuntos que possam resultar em um maior número de votos. Uma vez que esses assuntos já estão previstos constitucionalmente, os partidos podem sustentar a percepção de que não é necessário discuti-los novamente em eleições futuras.

A não-presença dessa categoria não significa que não existem esforços nesses países para que direitos e liberdades sejam assegurados e ampliados. Metodologicamente, há uma limitação de uma generalização para todo o sistema partidário dos países em questão. Nem todos os partidos que disputaram aquelas eleições tiveram seus manifestos codificados, apenas os mais votados. Ademais, de acordo com os *surveys* feitos pela *Freedom House* nas últimas décadas, os três países foram classificados como livres e, em geral, moveram-se em uma direção mais livre com o passar do tempo. Também entendemos que há espaço para melhoria. Assim como pontua Weyland (2004), há uma limitação das democracias latino-americanas, em grande parte resultante da existência de programas econômicos neoliberais, ou ainda, como decorrência da extrema pobreza e desigualdade social (O'DONNELL, 1998).

No que se refere à categoria “Constitucionalismo: Positivo” (per203), defendemos a hipótese que, na América Latina, essa categoria se desloca no eixo ideológico para à esquerda devido ao histórico político da região. Ao verificarmos os dados brasileiros, percebemos uma frequência muito baixa da categoria nos manifestos partidários dos partidos estudados. Entre as eleições de 1994 e 2014, a categoria de “Constitucionalismo: Positivo” representou apenas 0.57% em média da frequência absoluta dos manifestos partidários. No que se refere à ênfase atribuída, a qual pode ser verificada através da frequência absoluta, podemos constatar que apenas o PV não teve quase-sentenças classificadas nesta categoria. Já o PT manifestou-se a respeito em apenas duas das seis eleições. O PSDB, em contrapartida, só não se posicionou em 2014. Por sua vez, PRONA, PPS e PSB dedicaram atenção ao constitucionalismo em todos seus manifestos codificados.

Tabela 6 – Posição dos partidos brasileiros na RILE, frequência absoluta (FA, em %) e frequência em relação às demais categorias de direita (FD, em %) da categoria “Constitucionalismo: Positivo” (per203).

Partido	Ano	RILE	per203 FA	per203 FD
PT	1994	-27.134	0.68	24.3
	1998	-19.905		
	2002	-21.955	1.241	19.8
	2006	-19.005		
	2010	-13.636		
	2014	-12.048		
PSDB	1994	4.843	0.259	1.4
	1998	-18.318	0.145	1.6
	2002	-10.523	0.644	7.4
	2006	-9.202	0.491	6.0
	2010	-11.302	0.515	9.0
	2014	-5.085		
PRONA	1994	-27.333	0.205	3.0
PSB	2002	-12.53	0.499	7.7
	2014	-5.394	1.269	13.9
PPS	1998	-15.974	0.319	6.2
	2002	-20.711	0.464	4.7
PSOL	2006	-51.128	0.752	100
PV	2010	-28.302		

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados de (LEHMANN et al, 2018).

Avaliando o percentual de recorrência dessa categoria entre as categorias de direita do RILE vemos que o constitucionalismo teve mais impacto no único manifesto codificado do PSOL, representando a totalidade das posições de direita do partido. Destaca-se, em seguida,

o impacto desta categoria entre as posições de direita do PT, PSB e PPS, respectivamente. Por fim, apresenta menor impacto entre as posições de direita do PSDB e do PRONA. Com efeito, os dados sugerem que o impacto da categoria “Constitucionalismo: Positivo” está alinhado com a classificação ideológica dos partidos. Isto é, quanto mais à direita, menor foi o impacto da categoria entre as posições de direita do partido.

Os dados chilenos nos apresentam uma situação interessante. Ao contrário do caso brasileiro, quase não há referências à categoria “Constitucionalismo: Positivo” por parte dos partidos políticos/coalizões entre as eleições de 1989 e 2013 de nenhum dos dois lados do espectro político. As coalizões de centro-esquerda e esquerda *Si tú quieres, Chile cambia*; *Nueva Mayoría para Chile* e *Juntos Podemos Más* não apresentaram frequência da categoria, assim como a candidatura independente de centro de 1989.

Tabela 7 – Posição das coalizões chilenas na RILE, frequência absoluta (FA, em %) e frequência em relação às demais categorias de direita (FD, em %) da categoria “Constitucionalismo: Positivo” (per203).

Coalizão	Ano	RILE	per203 FA	per203 FD
Concertación/Nueva Mayoría	1989	-15.152		
	1993	-10.493		
	1999	-13.596	0.11	1.3
	2005	-19.715		
	2009	-18.857		
	2013	-18.974		
Alianza	1989	21.405	0.167	0.5
	1993	25.347	0.378	1.2
	1999	-5.017	0.519	4.4
	2005	16.892		
	2009	-0.809		
	2013	-3.029		
Independiente de Centro	1989	-3.968		
Juntos Podemos Más	2005	-36.323		
	2009	-41.486		
Nueva Mayoría para Chile	2009	-28.325		
Si tú quieres, Chile cambia	2013	-37.011		

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados de (LEHMANN et al, 2018).

A categoria “Constitucionalismo: Positivo” aparece apenas uma vez no pleito de 1999 na coalizão *Concertación*, de esquerda, e se concentra na coalizão *Alianza*, de direita, estando presente nos três primeiros pleitos aqui estudados. O caso chileno foge ao esperado pela

hipótese de trabalho, se assemelhando ao posicionamento dos partidos europeus a partir do MARPOR.

A explicação para tal assemelhação não se encontra, ao nosso ver, em uma similaridade da realidade chilena com o contexto europeu, mas sim em relação à história dos partidos políticos que compõem a *Alianza*, em especial a *Unión Demócrata Independiente*, fundada ainda na ditadura e com bases católicas e conservadoras por Jaime Guzmán, ator político relevante do regime militar (ALENDA, 2014).

Em relação à Argentina, é possível verificar uma maior ocorrência da categoria “Constitucionalismo: Positivo” nos manifestos partidários nas cinco eleições estudadas, entre 1995 e 2011, comparada aos outros países aqui estudados.

Tabela 8 – Posição das coalizões argentinas na RILE, frequência absoluta (FA, em %) e frequência em relação às demais categorias de direita (FD, em %) da categoria “Constitucionalismo: Positivo” (per203).

Coalizão	Ano	RILE	per203 FA	per203 FD
Frente Recuperación Ética / Frente por la Lealtad (Carlos Menem)	1995	1.997	0.24	2.0
	2003	-7.958		
Concertación Justicialista/ Frente Popular (Eduardo Duhalde)	1999	-6.644	0.926	20
	2011	-50		
	2003	-22.667		
Frente para la Victoria (Néstor e Christina Kirchner)	2007	-20.755		
	2011	-3.425		
Frente del Movimiento Popular / FREJULI / Compromiso Federal (Adolfo e Alberto Rodríguez Saá)	2003	4.167	3.846	100.0
	2007	-26.923		
	2011	1.245		
Unión Cívica Radical (Horacio Massaccesi e Ricardo Alfonsín)	1995	-11.136		
	2011	-15.094		
Frepaso (José Octavio Bordon)	1995	-15.217	2.174	14.3
Alianza (UCR y Frepaso) (Fernando de La Rúa)	1999	-13.04	0.079	0.9
Una Nación Avanzada (Roberto Lavagna)	2007	-13.213	0.901	14.3
Acción por la República (Domingo Cavallo)	1999	0.176	0.353	1.8
Recrear para el Crecimiento (Ricardo López Murphy)	2003	-0.381	0.381	2.7
Alternativa para una República de Iguales / Coalición Cívica ARI (Elisa Carrió)	2003	-26.135	0.146	2.5
	2007	-11.006	0.419	6.8
Frente Amplio Progressista (Hermes Binner)	2011	-17.351	0.187	5.9

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados de (LEHMANN et al, 2018).

Todavia, não há uma regularidade da presença em todos os pleitos. A categoria somou uma média de aproximadamente 1% dos da frequência absoluta dos manifestos analisados pelo MARPOR. Em relação à ênfase atribuída à categoria por cada coalizão destaca-se que o constitucionalismo não foi presente manifestos de centro-esquerda da Frente para la Victoria e da Unión Cívica Radical. Também não foi presente no duhaldismo centrista de 1999 e na candidatura de Menem em 1999. Assim como no Chile, coalizões de direita e centro-direita enfatizaram mais o constitucionalismo que coalizões de centro-esquerda.

A respeito da contribuição do constitucionalismo entre as categorias de direita da RILE a categoria teve maior impacto, respectivamente, no Peronismo Federal, no duhaldismo, FREPASO, na Una Nación Avanzada, na Frente Amplio Progresista e na Coalición Cívica ARI. Desse modo, não há um padrão de associação ideológico com essa categoria na Argentina.

Em conjunto, os dados apresentados aqui não suportam a hipótese, com exceção do caso brasileiro, de que o constitucionalismo teria mais ênfase entre os partidos e coalizões de centro-esquerda e esquerda.

7. CONCLUSÕES

A partir da análise proposta verificamos que o método padrão do MARPOR para estimar a posição ideológica dos partidos políticos em espaços de competição apresenta uma série de imprecisões relacionadas às categorias que compõem a escala RILE. Duas dessas imprecisões são de ordem metodológica e afetam a estimação da posição ideológica de todos os partidos. A primeira imprecisão é a de que nem todas as categorias que formam a escala RILE são comparáveis. Logo, se comparam ênfases em posições dos partidos sobre assuntos diferentes. A segunda imprecisão se refere à forma de contagem das categorias, uma vez que ela não reflete as variações ideológicas presentes nas perspectivas teóricas, isto é, categorias como “Anti-imperialismo” e “Expansão do *welfare state*” são contadas da mesma maneira, embora a primeira esteja do ponto de vista teórico e ideológico posicionada mais à esquerda que a segunda.

Outras duas imprecisões estão relacionadas à aplicação do método padrão de estimação para partidos de Brasil, Chile e Argentina. A análise desta estimação revelou que independentemente da classificação que os partidos desses países recebem de especialistas, eles têm sido posicionados mais à esquerda pelos pesquisadores do MARPOR. A esse respeito, verificamos que os partidos desses países tendem, dentre as categorias de esquerda, a dedicar maiores ênfases aos assuntos “Expansão do *welfare state*” e “Expansão da

Educação”, os quais empurram os partidos sulamericanos mais à esquerda. Por outro lado, verificamos também que, no caso brasileiro, especificamente, a categoria “Constitucionalismo: Positivo”, posicionada no espectro da direita na escala RILE, está associada mais aos partidos de esquerda, tornando o método padrão de estimação inadequado nesses parâmetros.

Em vista dessas imprecisões, concluímos que o método padrão do MARPOR deve reajustar a escala RILE para tornar a estimação ideológica de partidos políticos mais adequada. Este reajuste passa primordialmente pela construção de uma escala composta exclusivamente de categorias comparáveis, cuja mensuração receba pesos distintos em conformidade com as variações ideológicas expressas nas perspectivas teóricas. Em relação à aplicação do método para estimação da posição de partidos na América do Sul, sugerimos ainda que as categorias incluídas na RILE reflitam com maior precisão os conflitos da disputa esquerda-direita no contexto local.

8. REFERÊNCIAS

- Abregú, M. Direitos Humanos para todos: da luta contra o autoritarismo à construção de uma democracia inclusiva - um olhar a partir da Região Andina e do Cone Sul. Sur, Rev. int. direitos human., Jun, vol.5, no.8, pp.06-41, 2008.
- Alenda, S. “Cambio e institucionalización de la “nueva derecha” chilena (1967-2010)” In: Rev. Sociol. Polit., v. 22, n. 52, pp. 159-180, 2014.
- Arditi, B. *El giro a la izquierda en América Latina: ¿una política post-liberal?* Ciências Sociais Unisinos, 45(3), pp. 232-246, 2009.
- Ares, C.; Volkens, A. *¿Por qué y cómo se está extendiendo el Manifiesto Project a América Latina?* Revista Española de Ciencia Política, ISSN 2173-9878, Asociación Española de Ciencia Política y de la Administración, Madrid, Iss. 43, pp. 115-135, 2017.
- Bandeira, L. M. *As políticas neoliberais e a crise na América do Sul.* Rev. Bras. Polít. Int. 45 (2), pp. 135-146, 2002.
- Benoit, K., Laver, M., Lowe, W., and Mikhaylov, S. *How to scale coded text units without bias: A response to Gemenis.* Electoral Studies 31: 605–8, 2012.
- Bobbio, N. *Left and Right: The Significance of a Political Distinction.* Cambridge: Polity Press, 1996.
- Botana, N. *Poder y hegemonía. El régimen político después de la crisis.* Buenos Aires: Emecé, 2006.
- Botz, D. L. *The Marxist View of the Labor Unions: Complex and Critical.* The Journal of Labor and Society. Volume 16, March, pp. 5–41, 2013.
- Budge, I. Electoral volatility: Issue effects and basic change in 23 post-war democracies. Electoral Studies 1(2), pp. 147–168, 1982.
- Budge, I. & Farlie, D. Explaining and predicting elections. London: George Allen & Unwin, 1983a
- Budge, I. & Farlie, D. Party competition – selective emphasis or direct confrontation? An alternative view with data. In H. Daalder & P. Mair (eds), Western European party systems. London: Sage, 1983b
- Budge, I. *The Standard Right-Left Scale.* Working Paper. Essex University, March, 2013.
- Burt, J. M. Desafiando a impunidade nas cortes domésticas: processos pelas violações de direitos humanos na América Latina. In Reátegui, F. (Org). Justiça de transição: manual para a América Latina. Brasília: Ministério da justiça, pp. 307- 335, 2011.

- Camou, A. *Del bipartidismo al bialiancismo? Elecciones y política en la Argentina posmenemista*. Perfiles Latinoamericanos, v.16, 2000.
- Carvalho, J. M. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- Dinas, E.; Gemenis, K. *Measuring Parties' Ideological Positions With Manifesto Data: A Critical Evaluation of the Competing Methods*. In: Party Politics, 16: 427, 2009.
- Dolezal, M.; Ennser-Jedenastik, L.; Müller, W. C. & Winkler, A. K. *How parties compete for votes: A test of saliency theory*. European Journal of Political Research 53, pp. 57–76, 2014.
- Dosek, T. e Friendeberg, F. *Voto hacia nuevos candidatos en sistemas de partidos (des)institucionalizados: el caso de Marco Enríquez-Ominami en Chile 2009*. Revista SAAP (ISSN 1666-7883) Vol. 8, Nº 1, pp. 11-42, 2014.
- Draibe, S. M. e Riesco, M.. *Estados de Bem-Estar Social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. Um novo desenvolvimentismo em gestação?* Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. pp. 220-254, 2011.
- Esping – Andersen, G. *As três economias Políticas do Welfare State*. Rev. Lua Nova, n. 24, 1991.
- Farías, R. Z. *Modernidad, Sociedad Y Constitucionalismo en América Latina*. Cuestiones Constitucionales, Núm. 19, julio-diciembre, 2008.
- Fleury, S. *Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994.
- Friedrich, L. *The National System of Political Economy* London: Longmans, Green, and Co., 1841.
- Gabel, M. J., e John D. H. *Putting parties in their place: Inferring party left-right ideological positions from party manifestos data*. American Journal of Political Science, pp. 94-103, 2000.
- Garretón, M. A. M. *A Redemocratização no Chile: Transição, inauguração e evolução*. Rev. Lua Nova, n. 27, 1992.
- Gemenis, K. *What to Do (and Not to Do) with the Comparative Manifestos Project Data*. In: POLITICAL STUDIES: 2013 VOL 61(S1), pp. 3–23, 2013.
- Gomes, Fábio Guedes. *Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil*. RAP Rio de Janeiro 40(2), pp. 201-36, Mar./Abr., 2006.
- Hagopian, F. *Government Performance, Political Representation, and Public Perceptions of Contemporary Democracy in Latin America*. In The Third Wave of Democratization in Latin America: Advances and Setbacks. Cambridge University Press, 2005.
- Hansen, M. *Back to the Archives? A Critique of the Danish Part of the Manifesto Dataset*. In: Scandinavian Political Studies, Vol. 31 – No. 2, 2008.
- Hastings, M. e Pyper, A., Alistair and Hugh (December 21). *The Oxford Companion to Christian Thought*. Oxford University Press, 2000.
- Hertog, J. den. "General Theories of Regulation", in Bouckaert, Boudewijn; de Geest, Gerrit, (orgs.) *Encyclopedia of Law and Economics*, Vol. III, Cheltenham: Edward Elgar, pp. 223, 2000.
- Jahn, D. *Conceptualizing Left and Right in comparative politics: Towards a deductive approach*. Political Parties, pp.1-21, 2010.
- Kant, I. *To perpetual peace: a philosophical sketch*, Hackett Publishing, 2003.
- Kerr, C.; John, D.; Frederick, H.; e Charles, M. *Industrialism and Industrial Man*. New York: Oxford University Press, 1960.
- Keynes, J. M. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. London: Palgrave Macmillan, 1936
- Kinzo, M. "A Democratização Brasileira: um balanço do processo político desde a transição" In: *São Paulo em Perspectiva*, 15 (4), 2001.
- Klingemann, H. D.; Volkens, A.; Bara, J.; Budge, I.; McDonald, M. *Mapping Policy Preferences II. Estimates for Parties, Electors, and Governments in Eastern Europe, the European Union and the OECD, 1990-2003*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

Klugmann, M. La paradoja de la mayoría electoral: donde esta el centro? *Estudios Públicos*, 42, pp.135-153, 1991.

Lenin, V. *Imperialism, the Highest Stage of Capitalism*, Penguin Classics. 2010.

Lehmann, P.; Matthieß, T.; Merz, N.; Regel, S.; Werner, A.: Manifesto Corpus. Version: 2017-2. Berlin: WZB Berlin Social Science Center, 2018.

Levitsky, S. *Argentina: Democratic Survival amidst Economic Failure*. In *The Third Wave of Democratization in Latin America: Advances and Setbacks*. Cambridge University Press, 2005.

Llanos, M. "El presidente, el Congreso y la política de privatizaciones en la Argentina (1989–1997)." In: *Desarrollo Económico*, v. 38, n.151, p. 743–70, 1998.

Lowe, W., Benoit, K., Mikhaylov, S., and Laver, M. *Scaling Policy Preferences from Coded Political Texts*. *Legislative Studies Quarterly*, 36/1, pp. 123–55, 2011.

Luxemburg, R., *What is Economics?* Pioneer Publishers, New York, 1954.

Mainwaring, S.; Power, T. e Meneguello, R.. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Mainwaring, S. e Hagopian, F.. *The Third Wave of Democratization in Latin America: Advances and Setbacks*. Cambridge University Press, 2005.

Mainwaring, S.; Pérez-Liñán, A. *Democracies and Dictatorships in Latin America*. New York, Cambridge University Press, 2013.

Manoilescu, M. *Théorie de protectionnisme et de l'échange international*. Paris, France: Marcel Girard, 1929.

Marx, K. and Engels, F. *The Communist Manifesto*. New York: Russell & Russell, Inc., 1963

Moreira, C. *Sistemas de partidos, alternancia política e ideologia en el cono sur*. Revista Uruguay de Ciencia Política - 15/2006 - ICP – Montevideo, 2006

Neves, R. Uma Comissão da Verdade no Brasil? Desafios e perspectivas para integrar direitos humanos e democracia. Lua Nova, São Paulo, 86, pp.155-185, 2012.

Nenovsky, N. N. & Torre, D. *Productivity-Based Protectionism: A Marxian Reconstruction of Mihail Manoilescu's Theory*. *Journal of Economic Issues*, 49:3, pp. 772-786, 2015.

O'Donnell, G. "Poliarquias e (In) Efetividade da Lei na América Latina" In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 51, 1998.

Palermo, V.; Novaro, M. *Política y poder en el gobierno de Menem*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 1996.

Posner, R. A. *Theories of Economic Regulation*. 5 *Bell Journal of Economics and Management Science*, pp. 335-358, 1974.

Ramil, M. A. F. e Leal, F. R. *Las Elecciones Presidenciales Y Parlamentarias Chilenas 2009-2010: Entre La Sorpresa Electoral Y Los Desafíos Políticos*. *POSTData* 19, N°1, pp. 11-44, 2014.

Retamozo, M. e Schuttenberg, M. *La política, los partidos y Las Elecciones en Argentina 2015: ¿hacia un cambio en el campo político?* *Análisis político* nº 86, Bogotá, enero-abril, p. 113-140, 2016.

Rodrigues, L. M.. *Partidos, Ideologia e Composição Social*. RBCS Vol. 17 no 48 fevereiro, 2002

Sáez, A. M. *La escala de la izquierda. La ubicación ideológica de presidentes y partidos de izquierda en América Latina*. Nueva Sociedad, 212, pp. 73-85, 2008.

Singer, P. *A América Latina na Crise Mundial*. *Rev. Estudos Avançados* 23 (66), 2009.

Slapin, J. B., and Proksch, S.-O. *A Scaling Model for Estimating Time-Series Party Positions from Texts*. *American Journal of Political Science*, 52/3, pp. 705–22, 2008.

Stigler, G. J. *The Theory of Economic Regulation*. 2 *Bell Journal of Economics and Management Science*, 3-21, 1971.

Tarouco, G. S. e Madeira, R. M. *Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil*. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 21, n. 45, pp. 149-165, 2013.

Tavits, M. *Principle vs. pragmatism: policy shifts and political competition*. *American Journal of Political Science* 51.1, pp. 151-165, 2007.

Volgens, A.; Ares, C.; Bratanova, R. & Kaftan, L. *Análisis de contenido de textos con referencias al Manifesto Project (2000-2015): temas, actores, y métodos para medir preferencias políticas*. RIPS, Vol. 14, núm. 2, pp. 233-238, 2015.

Weffort, F. C. *A América Errada: Notas sobre a democracia e a modernidade na América Latina em Crise*. Rev. Lua Nova, n. 21, 1990.

Weyland, K. "Neoliberalism and Democracy in Latin America: A Mixed Record" In: *Latin American Politics and Society*, v. 46, n. 1, pp. 135-157, 2004.

Zucco, C. Jr. *Esquerda, Direita e Governo: A Ideologia dos Partidos Políticos Brasileiros*. In *O Congresso Por ele mesmo: Autopercepção da classe política brasileira*. Power e Zucco (org). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

ANEXO I

Tabela 9 - Identificação dos manifestos analisados pelo MARPOR destacando as formações de coalizão e os candidatos à Presidente nas eleições brasileiras.

Principal	Ano	Nome da Coalizão	Partidos membros	Candidato
PT	1994	Uma Revolução Democrática no Brasil	PT, PSB, PPS, PV, PCdoB, PCB, PSTU	Luís Inácio Lula da Silva (PT)
	1998	União do Povo - Muda Brasil	PT, PDT, PSB, PCdoB, PCB	Luís Inácio Lula da Silva (PT)
	2002		PT, PL, PCdoB, PMN, PCB	Luís Inácio Lula da Silva (PT)
	2006		PT, PRB, PCdoB	Luís Inácio Lula da Silva (PT)
	2010	Para o Brasil seguir mudando	PT, PMDB, PDT, PCdoB, PSB, PR, PRB, PSC, PTC, PTN	Dilma Rousseff (PT)
	2014	Com a Força do Povo	PT, PMDB, PSD, PP, PR, PDT, PRB, PROS, PCdoB	Dilma Rousseff (PT)
PSDB	1994	Mãos à Obra Brasil	PSDB, PFL, PTB	Fernando Henrique Cardoso (PSDB)
	1998	Avança Brasil	PSDB, PFL, PPB, PTB, PSD	Fernando Henrique Cardoso (PSDB)
	2002	Grande Aliança	PSDB, PMDB	José Serra (PSDB)
	2006	Por um Brasil Decente	PSDB, PFL, PPS	Geraldo Alckmin (PSDB)
	2010	O Brasil Pode Mais	PSDB, DEM, PPS, PMN, PTdoB, PTB	José Serra (PSDB)
	2014	Muda Brasil	PSDB, SD, PMN, PEN, PTN, PTC, DEM, PTdoB, PTB	Aécio Neves (PSDB)
PRONA	1994	Partido da Reedificação da Ordem Nacional	PRONA	Enéas Carneiro (PRONA)
PPS	1998	Brasil Real e Justo	PPS, PL, PAN	Ciro Gomes (PPS)
	2002	Frente Trabalhista	PPS, PTB, PDT	Ciro Gomes (PPS)
PSB	2002	Brasil Esperança	PSB, PGT, PTB, PSC	Anthony Garotinho (PSB)
	2014	Unidos pelo Brasil	PSB, PPS, PSL, PHS, PPL, PRP	Marina Silva (PSB)
PSOL	2006	Frente de Esquerda	PSOL, PCB, PSTU	Heloísa Helena (PSOL)
PV	2010	Partido Verde	PV	Marina Silva (PV)

ANEXO II

Tabela 10 - Identificação dos manifestos analisados pelo MARPOR destacando as formações de coalizão e os candidatos à Presidente nas eleições chilenas.

Principal	Ano	Nome da Coalizão	Partidos membros	Candidato
Concertación/ Nueva Mayoría	1989	Concertación de Partidos por la Democracia	PDC, PPD, PR, SDCH, PS, USP, PDN, MAPU, MAPU-OC, IC, PH, LV, PAC	Patricio Aylwin (PDC)
	1993	Concertación de Partidos por la Democracia	PDC, PPD, PR, PS, PAC, PDI	Eduardo Frei Ruiz-Tagle (PDC)
	1999	Concertación de Partidos por la Democracia	PPD, PDC, PS, PRSD, PL	Ricardo Lagos Escobar (PPD)
	2005	Concertación de Partidos por la Democracia	PS, PDC, PPD, PRSD	Michelle Bachelet Jeria (PS)
	2009	Concertación de Partidos por la Democracia	PS, PDC, PPD, PRSD	Eduardo Frei Ruiz-Tagle (PDC)
	2013	Nueva Mayoría	PS, PDC, PPD, MAS, PCCh, IC, PRSD	Michelle Bachelet Jeria (PS)
Alianza	1989	Democracia y Progreso	UDI, RN	Hernán Büchi (ind)
	1993	Unión por el Progreso de Chile	UDI, RN, PN, UCC, SUR	Arturo Alessandri Besa (UDI)
	1999	Alianza por Chile	UDI, RN	Joaquín Lavín Infante (UDI)
	2005	Alianza	UDI	Joaquín Lavín Infante (UDI)
	2005	Alianza	RN	Sebastián Piñera Echenique (RN)
	2009	Coalición por el Cambio	RN, UDI, ChilePrimero	Sebastián Piñera Echenique (RN)
Independiente de Centro	2013	Alianza	UDI, RN	Evelyn Matthei (UDI)
	1989	Alianza de Centro Liberal-Socialista Chileno	DR, NA, PL, PSC	Francisco Javier Errázuriz (ind)
Juntos Podemos Más	2005	Juntos Podemos Más	PH, IC, PCCh	Tomás Hirsch Goldschmidt (PH)
Juntos Podemos Más	2009	Juntos Podemos Más	PCCh, IC	Jorge Arrate (PCCh)
Nueva Mayoría para Chile	2009	Nueva Mayoría para Chile	PH, PEV	Marco Enríquez-Ominami (ind)
Si tú quieres, Chile cambia	2013	Si tú quieres, Chile cambia	PRO, PL (nuevo)	Marco Enríquez-Ominami (PRO)

ANEXO III

Tabela 11 - Identificação dos manifestos analisados pelo MARPOR destacando as formações de coalizão e os candidatos à Presidente nas eleições argentinas.

Principal	Ano	Nome da Coalizão	Partidos membros	Candidato
PJ	1995	Frente Recuperación Ética	PJ, UCEDE, PCP, MLP, PF	Carlos Menem (PJ)
	2003	Frente por la Lealtad	PJ, UCEDE, PCP, CJS, PNJ, DC, MPU, MPC, TJ, MAV, OF, EP, Reconquista, GI FJ, MJS	Carlos Menem (PJ)
	1999	Concertación Justicialista	PJ, PAC, PCP, CB, FJ, PAIS, PSP	Eduardo Duhalde (PJ)
	2011	Frente Popular	AC, ARF, dICR, Fortaleza, MID, MIR, AN, Autonomista, CPT, PDC, IdC, PPR, PIG, PCorrientes, UpLR, UP	Eduardo Duhalde (PJ)
	2003	Frente para la Victoria	PJ, PdIV, ApeC, AP, FISCL, GESTA, MMS, MRC, NC, ND, PAIS, Popular, PPS, SV, UP	Néstor Kirchner (PJ)
	2007	Frente para la Victoria	PJ, CFCpICP, PCP, PdIV, FG, PI, MLdS	Christina Kirchner (PJ)
	2011	Frente para la Victoria	PJ, PdIV, EplDyIE, Kolina, MJyL, PC, PCP, FG, PH, PI, PSOL	Christina Kirchner (PJ)
	2003	Frente del Movimiento Popular	PJ, CL, UP, PUyL	Adolfo Rodríguez Saá (PJ)
	2007	Frente Justicia, Unión y Libertad (FREJULI)	UCEDE, PUyL	Alberto Rodríguez Saá (PJ)
	2011	Compromiso Federal	EP, ElMovimiento, MFP, MidJyDes, MidJyDig, MNP, NC, PUyL, PAplIS, PyT, UCEDE	Alberto Rodríguez Saá (EP)
UCR	1995	Unión Cívica Radical	UCR	Horacio Massaccesi (UCR)
	2011	Alianza Unión para el Desarrollo Social	UCR, AFCF, AUpeDS, PF, PLdC, Popular, PR	Ricardo Afonsin (UCR)
FREPASO	1995	Frente País Solidário	PAIS, FG, PDC, PI, PSP, PSD	José Octavio Bordón (PAIS)
ALIANZA	1999	Alianza	UCR, FREPASO (PAIS, FG, PDC, PI, PSP, PSD), MID, PL	Fernando de la Rúa (UCR)
UNA	2007	Una Nación Avanzada	UCR, MID, CAN	Roberto Lavagna (ind)
Acción por la República	1999	Acción por la República	Acción por la República, UCEDE, PF, PPR, MPP	Domingo Cavallo (Acción por la República)
RECREAR	2003	Alianza Movimiento Federal para Recrear el Crecimiento	RECREAR, CMF	Ricardo López Murphy (RECREAR)
Coalición Cívica - ARI	2003	Argentinos por una República de Iguales	ARI, PI	Elisa Carrió (ARI)
	2007	Confederación Coalición Cívica	ARI, CJ, CC, ECpIlyJ, MAR, MVP, OS	Elisa Carrió (ind)
Frente Amplio Progresista	2011	Frente Amplio Progresista	PS, GEN, LdS, UP, PSA	Hermes Binner (PS)

ANEXO IV

Tabela 12 – Frequência absoluta individual das categorias de esquerda e de direita da RILE nos manifestos brasileiros.

Partido	Ano	RILE	Categorias de Esquerda												Categorias de Direita												Outras	Total	
			103	105	106	107	202	403	404	406	412	413	504	506	701	104	201	203	305	401	402	407	414	505	601	603			605
PT	1994	-27.134		0.326	0.082	0.788		1.414	0.163	0.435	0.299	0.489	10.359	6.117	3.562	0.571		0.68		0.027	1.414	0.054	0.027	0.027		0		73.2	100.0
	1998	-19.905		0	0.474	0.948		0.948	1.422	2.37	0	0.948	9.479	5.687	9.953	0		0		0	2.844	0	0	0		0		64.9	100.0
	2002	-21.955		0	0.233	0.621		3.801	2.25	0.078	0.388	1.707	9.93	3.646	4.422	0.853		1.241		0.543	0.543	0.543	2.56	0		0		66.6	100.0
	2006	-19.005		0	0.533	1.954		2.309	1.066	0.533	0.533	0.178	8.348	5.684	2.664	1.066		0		0	1.776	0.355	2.131	0		0.178		70.7	100.0
	2010	-13.636		0	1.515	4.167		0.379	1.515	0	0.758	0.379	10.985	6.818	3.03	1.136		0		0	1.515	0.379	2.273	0		0		65.2	100.0
	2014	-12.048		0	0.344	2.065		0.688	0.344	0.344	1.549	0.172	7.573	8.09	3.787	0		0		0.172	4.819	0	1.377	0		0		68.7	100.0
PSDB	1994	4.843		0	0.037	1.627		1.442	0.591	0.739	0.111	0	5.989	6.137	3.401	0.296		0.259		5.582	1.774	2.736	6.1	1.368		0		61.8	100.0
	1998	-18.318		0.024	0.097	1.063		0.387	0.411	0.725	0.193	0	15.539	5.341	3.77	0.387		0.145		1.861	3.021	0.242	2.707	0.628		0		63.5	100.0
	2002	-10.523		0	0.859	1.79		0.644	0.501	0	0.215	0.072	12.956	4.223	3.865	1.933		0.644		0.215	1.575	1.432	2.72	0.072		0.072		66.2	100.0
	2006	-9.202		0.123	0.061	1.166		1.902	1.104	0.061	0.061	0.184	8.466	4.847	3.558	1.166		0.491		0.307	3.497	0.491	2.27	0		0		70.2	100.0
	2010	-11.302		0	0	0.206		2.645	0.824	0.069	0.275	0.24	10.271	5.599	1.305	0.206		0.515		0.584	2.061	0.481	0.996	0.412		0.481		72.8	100.0
	2014	-5.085		0	0	1.13		1.13	0.791	0.113	0	0	10.734	7.684	2.825	1.13		0		2.825	4.294	0.565	2.599	0.904		0		63.3	100.0
PRONA	1994	-27.333		0	0	0.103		0.923	0.513	0.359	1.538	1.385	14.051	12.103	1.692	0.769		0.205		0.821	0.513	0.769	0.821	0.051		2.923		60.5	100.0
PPS	1998	-15.974		0	0	0		7.029	1.278	0	3.514	0	9.904	5.431	4.153	0		0.319		2.236	0	0	2.556	0		0		63.6	100.0
	2002	-20.711		0.464	0.155	5.719		4.173	0.309	3.091	0.927	0.464	5.719	4.482	1.7	2.009		0.464		2.009	2.937	0.618	1.7	0.155		0		62.9	100.0
PSB	2002	-12.53		0.586	0.63	1.412		1.064	1.194	0.326	0.369	0.282	3.735	7.275	2.02	2.41		0.499		0.13	1.042	0.565	1.781	0		0.022		74.7	100.0
	2014	-5.394		0	0.024	0.317		0.268	0.146	0.073	0	0	8.958	8.226	2.465	0		1.269		1.757	2.587	1.928	1.416	0.195		0		70.4	100.0
PSOL	2006	-51.128		0.752	0	0		9.774	0	0	3.759	3.759	3.759	1.504	12.782	0		0.752		0	0	0	0	0		0		63.2	100.0
PV	2010	-28.302		0	1.887	0		1.887	0	0	0	0	9.434	11.321	1.887	0		0		0	0	0	0	0		0		73.6	100.0
Todos	Médias	-17.086		0.120	0.365	1.320		2.253	0.759	0.490	0.763	0.540	9.273	6.327	3.834	0.733		0.394		1.004	1.906	0.587	1.791	0.201		0.193		67.1	100.0

ANEXO V

Tabela 13 – Frequência absoluta individual das categorias de esquerda e de direita da RILE nos manifestos chilenos.

Coalizão	Ano	RILE	Categorias de Esquerda													Categorias de Direita													Outras	Total
			103	105	106	107	202	403	404	406	412	413	504	506	701	104	201	203	305	401	402	407	414	505	601	603	605	606		
Concertación/ Nueva Mayoría	1989	-1.515		1.361	0.495	5.071		2.968	0.186	0.186	1.051	0.804	3.834	5.999	8.163	2.103		0		1.299	0.742	1.793	2.659	0.928		0.247		60.1	100.0	
	1993	-10.493		0.293	0.244	3.563		5.271	0.098	0	0	0.195	5.222	8.199	2.733	0.488		0		1.806	0.098	1.855	1.952	0.878		1.952		65.2	100.0	
	1999	-13.596		0.768	0.219	0.329		5.373	0	0	0	0	9.649	7.566	1.535	1.425		0.11		0.439	0.877	0.987	0.877	1.096		2.522		66.2	100.0	
	2005	-19.715		0.913	0.292	2.556		9.127	0.475	0	0.365	0	12.085	5.221	2.081	0.694		0		0.037	4.746	0.767	1.679	0.402		0		58.6	100.0	
	2009	-18.857		0.1	0.1	0.602		9.328	0	0	0	0.1	12.638	6.319	3.31	0.1		0		0	0.602	0	1.003	1.304		0		64.5	100.0	
	2013	-18.974		0.563	0	0.059		6.345	0	0	0.296	0.119	8.627	6.937	3.617	0.712		0		0.119	1.749	0	0.919	0		0.03		69.9	100.0	
Alianza	1989	21.405		0.502	1.003	6.689		0.167	0	0.167	0	0.167	4.849	5.853	1.672	3.679		0.167		4.348	4.682	1.672	4.515	9.699		2.174		48.0	100.0	
	1993	-10.493		0.293	0.244	3.563		5.271	0.098	0	0	0.195	5.222	8.199	2.733	0.488		0		1.806	0.098	1.855	1.952	0.878		1.952		65.2	100.0	
	1999	-5.017		0	0	2.422		1.125	0	0	0	0	9.083	6.92	4.152	3.806		0.519		1.903	0.087	1.298	1.298	1.99		0.952		64.4	100.0	
	2005	16.892		0	0	1.351		0.676	0	0	0	0	4.73	9.459	0.676	0		0		0	0	0	0	0		0		83.1	100.0	
	2005	-0.809		0.324	0.702	2.86		3.076	0.216	0	0	0	5.774	6.26	0.971	3.616		0		4.101	0.054	1.673	0	3.778		0.324		66.3	100.0	
	2009	-3.029		0.353	0	2.776		4.19	0.101	0	0	0	7.017	7.017	2.272	1.969		0		0.505	4.038	0.353	1.363	1.615		1.565		64.9	100.0	
Independiente de Centro	2013	-28.011		0	0.182	0.639		9.307	0	0	0.274	0	14.279	15.648	3.513	0.867		0		0	2.646	0.319	0	1.688		0.182		50.5	100.0	
	1989	-3.968		0	0	0		3.968	0	0	0	0	11.111	0.794	3.175	0		0		1.587	0	0	4.762	4.762		3.968		65.9	100.0	
Juntos Podemos Más	2005	-36.323		1.57	0.897	0.673		0.897	0	1.57	12.78	3.363	8.969	5.83	3.587	0		0		0	2.466	0	0	0		0		57.4	100.0	
	2009	-41.486		3.08	0	0.091		9.239	0	0	4.076	6.069	10.598	5.797	2.989	0		0		0	2.174	0	0.091	0		0		55.8	100.0	
Nueva Mayoría para Chile	2009	-28.325		0	0	0.691		6.908	2.245	0	0	0.173	12.263	6.045	4.491	0		0		0	2.591	0	0	0.518		0		64.1	100.0	
Si tú quieres, Chile cambia	2013	-37.011		0.102	0	1.464		14.334	0.375	0	3.882	0.545	9.057	8.274	3.779	2.281		0		0	0.136	0	0.136	0		0		55.6	100.0	
Todos	Média	-12.062		0.552		1.909		5.198	0.219	0.107	1.262	0.641	8.525	6.815	3.034	1.355		0.065		1.654	1.608	0.848	1.279	1.809		0.983		61.9	100.0	

ANEXO VI

Tabela 14 – Frequência absoluta individual das categorias de esquerda e de direita da RILE nos manifestos argentinos.

Coalizão	Ano	RILE	Categorias de Esquerda												Categorias de Direita												Outras	Total	
			103	105	106	107	202	403	404	406	412	413	504	506	701	104	201	203	305	401	402	407	414	505	601	603			605
Frente Recuperación Ética /	1995	1.997		0.16	1.438	3.035		1.597	2.236	0	0	0	4.313	3.914	2.236	1.198		0.24		5.192	1.278	0	4.233	0		0.16		68.77	100.0
Frente por la Lealtad (Carlos Menem)	2003	-7.958		0	0.346	3.806		2.422	0.346	0.346	0	0	7.266	7.612	4.152	0		0		2.076	3.46	0.692	3.114	0		0		64.362	100.0
Concertación Justicialista/	1999	-6.644		0	0.17	5.281		1.533	0.341	2.726	0	0	6.303	5.792	1.874	0.17		0		0.681	4.6	0	2.896	0.852		1.874		64.907	100.0
Frente Popular (Eduardo Duhalde)	2011	-50		0	0	0		0.926	0	0	0	0	26.852	4.63	22.222	0		0.926		0	0	0	0	0		3.704		40.74	100.0
Frente para la Victoria (Néstor e Christina Kirchner)	2003	-22.667		0	0	4		6.667	0	2.667	1.333	2.667	4	5.333	0	0		0		0	4	0	4	0		0		65.333	100.0
	2007	-20.755		0	0	5.66		3.774	7.547	1.887	0	0	5.66	7.547	1.887	0		0		0	5.66	0	1.887	0		0		58.491	100.0
	2011	-3.425		0	2.055	5.479		0	3.425	1.37	0.685	0.685	4.11	4.11	6.164	0		0		0	1.37	0	0	0		0		70.547	100.0
Frente del Movimiento Popular /	2003	4.167		0	0	0		0	0	0	0	0	8.333	0	8.333	0		0		0	0	0	8.333	0		0		75.001	100.0
FREJULI /	2007	-26.923		0	0	0		0	0	0	0	0	7.692	7.692	3.846	0		3.846		0	0	0	0	0		0		76.924	100.0
Compromiso Federal (Adolfo e Alberto Rodríguez Saá)	2011	1.245		0	0.104	1.194		0.519	0.363	0	0	0	5.034	3.684	2.335	0.727		2.18		0.415	1.557	0	2.024	0.052		1.09		78.722	100.0
Unión Cívica Radical (Horacio Massaccesi / Ricardo Alfonsín)	1995	-11.136		0	2.045	2.386		7.159	0.341	0.341	0	0	2.727	4.318	2.5	1.477		0		0.909	2.841	0.455	1.477	0		0		71.024	100.0
	2011	-13.333		0	2.051	2.564		1.026	2.564	0	1.026	0	10.256	8.718	1.538	0		0		0	1.026	0	0.513	0		0		68.718	100.0
Frepaso (José Octavio Bordon)	1995	-15.217		0	0	0		8.696	0	2.174	0	0	8.696	6.522	4.348	0		2.174		0	6.522	0	6.522	0		0		54.346	100.0
Alianza (UCR y Frepaso) (Fernando de La Rúa)	1999	-13.04		0	1.021	1.964		5.892	0	2.2	0	0	8.091	4.713	3.221	0.628		0.079		1.414	5.027	0	1.885	0		0.236		63.629	100.0
Una Nación Avanzada (UCR y MID) (Roberto Lavagna)	2007	-13.213		0	2.102	1.802		0.3	2.102	0	0.901	0	9.009	2.703	4.505	2.402		0.901		0	2.703	0	0.3	0		0		70.27	100.0
Acción por la República (Domingo Cavallo)	1999	0.176		0.176	0.353	3.88		2.116	0.705	0.353	0	0	8.466	4.938	1.764	1.411		0.353		5.996	4.762	1.411	2.998	3.175		0		57.143	100.0
Recrear para el Crecimiento (Ricardo López Murphy)	2003	-0.381		0	0.095	2		0.286	0	0	0	0	1.714	15.619	0.571	0		0.381		1.238	1.048	0.381	6.095	4.286		0.476		65.81	100.0
Alternativa para una República de Iguales / Coalición Cívica ARI (Elisa Carrió)	2003	-26.135		0.878	0.805	1.757		5.417	0	1.684	0.439	0.366	9.517	4.392	2.928	0.732		0.146		0	2.269	0	2.489	0		0.146		66.035	100.0
	2007	-11.006		0.419	1.153	1.782		2.201	0.629	0.21	0	0	4.507	2.201	2.516	0		0.419		0	5.765	0	0	0		0		78.198	100.0
Frente Amplio Progresista (Hermes Binner)	2011	-17.351		0	0.933	0.746		0.746	2.425	0	0	0	10.261	6.343	4.851	0		0.187		0	2.239	0	0.746	0		0		70.523	100.0
Todos	Média	-11.083		0.082	0.734	2.367		2.564	1.151	0.798	0.219	0.186	7.640	5.539	4.090	0.437		0.592		0.896	2.806	0.147	2.476	0.418		0.384		6.648	100.0

Tabela 15 - Identificação dos manifestos analisados pelo MARPOR selecionados para análise relativos a 15 democracias industriais avançadas..

País	Partido	Eleição 1	Eleição 2	Eleição 3	Eleição 4	Eleição 5
Alemanha	Alliance' 90/Greens	2002	2005	2009	2013	2017
	Party of Democratic Socialism / The Left	2002	2005	2009	2013	2017
	Social Democratic Party of Germany	2002	2005	2009	2013	2017
	Free Democratic Party	2002	2005	2009	2013	2017
	Christian Democratic Union/Christian Social Union	2002	2005	2009	2013	2017
	Pirates				2013	
	Alternative for Germany				2013	2017
Austria	The Greens	1999	2002	2006	2008	2013
	Austrian Social Democratic Party	1999	2002	2006	2008	2013
	Austrian Freedom Party	1999	2002	2006	2008	2013
	Austrian People's Party	1999	2002	2006	2008	2013
	Austrian Communist Party		2002		2008	
	Alliance for the Future of Austria			2006	2008	
	The New Austria					2013
	Team Stronach for Austria					2013
Bélgica	Ecologists	1995	1999	2003	2007	2010
	Live Differently	1995	1999	2003		
	Flemish Socialist Party	1995	1999			
	Francophone Socialist Party	1995	1999	2003	2007	2010
	Flemish Liberals and Democrats / Open Flemish	1995	1999	2003	2007	2010
	Liberal Reformation Party - Francophone Democratic Front	1995	1999			
	Christian People's Party / Christian Democratic and Flemish	1995	1999	2003	2007	2010
	Christian Social Party	1995	1999	2003	2007	2010
	Peoples' Union	1995	1999			
	Flemish Bloc	1995	1999	2003		
	Socialist Party Different - Spirit			2003	2007	
	Socialist Party Different				2007	2010
	Reform Movement			2003	2007	2010
	New Flemish Alliance			2003	2007	2010
	Green!				2007	2010
	Social, Progressive, International, Regionalist, Integrally Democratic and Forward-Looking				2007	
	List Dedeker				2007	2010
	Flemish Interest				2007	2010
Dinamarca	Red-Green Unity List	1998	2001	2005	2007	2011
	Socialist People's Party	1998	2001	2005	2007	2011
	Social Democratic Party	1998	2001	2005	2007	2011
	Centre Democrats	1998		2005		
	Danish Social-Liberal Party	1998	2001	2005	2007	2011
	Liberals	1998	2001	2005	2007	2011
	Christian People's Party	1998	2001	2005		
	Conservative People's Party	1998	2001	2005	2007	2011
	Danish People's Party	1998	2001	2005	2007	2011
	Progress Party	1998				
	New Alliance / Liberal Alliance				2007	2011
Estados Unidos	Democratic Party	1996	2000	2004	2008	2012

	Republican Party	1996	2000	2004	2008	2012
Finlândia	Green Union	1995	1999	2003	2007	2011
	Left Wing Alliance	1995	1999	2003	2007	2011
	Finnish Social Democrats	1995	1999	2003	2007	2011
	Young Finnish Party	1995				
	Finnish Christian Union / Christian Democrats in Finland	1995	1999	2003	2007	2011
	National Coalition	1995	1999	2003	2007	2011
	Finnish Centre	1995	1999	2003	2007	2011
	Finnish Rural Party	1995				
	Swedish People's Party	1995	1999	2003	2007	2011
	True Finns		1999	2003	2007	2011
França	The Greens	1997	2002	2007		
	Ecology Generation	1997				
	French Communist Party	1997	2002	2007		2017
	Socialist Party	1997	2002	2007	2012	2017
	Union for French Democracy	1997	2002			
	Rally for the Republic	1997				
	National Front	1997	2002	2007	2012	2017
	Union for the Presidential Majority		2002			
	Democratic Mouvement			2007	2012	2017
	Union for a Popular Movement			2007		
	Left Front				2012	
	Europe Ecology - The Greens				2012	2017
	Left Radical Party				2012	2017
	Radical Party				2012	
	New Centre				2012	
	Centrist Alliance				2012	
	Indomitable France					2017
	Republic Onwards!					2017
	Union of Democrats and Independents					2017
	The Republicans					2017
Grã-Bretanha	We Ourselves	1997	2001			2015
	Labour Party	1997	2001	2005	2010	2015
	Liberal Democrats	1997	2001	2005	2010	2015
	Conservative Party	1997	2001	2005	2010	2015
	Ulster Unionist Party	1997	2001			2015
	Scottish National Party	1997	2001			2015
	Democratic Unionist Party	1997	2001			2015
	United Kingdom Independence Party		2001			2015
	Green Party of England and Wales					2015
	Social Democratic and Labour Party					2015
	The Party of Wales					2015
Holanda	Green Left	2002	2003	2006	2010	2012
	Socialist Party	2002	2003	2006	2010	2012
	Labour Party	2002	2003	2006	2010	2012
	Democrats'66	2002	2003	2006	2010	2012

	People's Party for Freedom and Democracy	2002	2003	2006	2010	2012
	Livable Netherlands	2002	2003			
	Christian Democratic Appeal	2002	2003	2006	2010	2012
	Christian Union	2002	2003	2006	2010	2012
	List Pim Fortuyn	2002	2003			
	Reformed Political Party	2002		2006	2010	2012
	Party of Freedom			2006	2010	2012
	Party for the Animals			2006	2010	2012
	50Plus					2012
Irlanda	Green Party	1997	2002	2007	2011	2016
	Democratic Left Party	1997				
	Labour Party	1997	2002	2007	2011	2016
	Progressive Democrats	1997	2002	2007		
	Family of the Irish	1997	2002	2007	2011	2016
	Soldiers of Destiny	1997	2002	2007	2011	2016
	We Ourselves	1997	2002	2007	2011	2016
	United Left Alliance				2011	
	Socialist Party				2011	
	People Before Profit Alliance					2016
	Anti-Austerity Alliance					2016
	Workers and Unemployment Action					2016
	Social Democrats					2016
	Independent Alliance					2016
Islândia	Left Green Movement	1999	2003	2007	2009	2013
	The Alliance	1999	2003	2007	2009	
	Liberal Party	1999	2003	2007		
	Independence Party	1999	2003	2007	2009	2013
	Progressive Party	1999	2003	2007	2009	2013
	Citizens' Movement				2009	
	The Alliance - Social Democratic Party of Iceland					2013
	Bright Future					2013
	Pirate Party					2013
Itália	Green Federation	1996		2006		
	Communist Refoundation Party	1996	2001	2006		
	Democratic Party of the Left	1996	2001			
	Pannella-Sgarbi List	1996				
	Italian Renewal	1996				
	Italian Popular Party	1996				
	Christian Democratic Centre	1996				
	Democratic Alliance	1996				
	Go Italy	1996	2001	2006		
	National Alliance	1996	2001	2006		
	Northern League	1996	2001	2006	2008	2013
	The Girasole ('Sunflower')		2001			
	Party of Italian Communists		2001	2006		
	Olive Tree		2001	2006		
	Daisy - Democracy is Freedom		2001			

	White Flower	2001				
	New Italian Socialist Party	2001	2006			
	House of Freedom	2001				
	European Democracy	2001				
	List Di Pietro - Italy of Values	2001	2006	2008		
	Rose in the Fist		2006			
	Union for Christian and Center Democrats		2006			
	Autonomy Liberty Democracy (Aosta Valley)		2006			
	South Tyrolean People's Party		2006		2013	
	Italy in the World		2006			
	Popular Democratic Union for Europe		2006			
	The Union – Prodi		2006			
	People of Freedom			2008	2013	
	Democratic Party			2008	2013	
	Union of the Center			2008	2013	
	Civil Revolution				2013	
	Left Ecology Freedom				2013	
	Democratic Centre				2013	
	Civic Choice				2013	
	Brothers of Italy - National Centre-right				2013	
	Labour and Freedom List				2013	
	Autonomy Progress Federalism Aosta Valley				2013	
	Five Star Movement				2013	
Luxemburgo	Green Left Ecological Initiative - Green Alternative	1994	1999			
	Socialist Workers' Party of Luxembourg	1994	1999	2004	2009	2013
	Democratic Party	1994	1999	2004	2009	2013
	Christian Social People's Party	1994	1999	2004	2009	2013
	Action Committee for Democracy and Pension Justice	1994	1999	2004		
	The Greens				2009	2013
	The Left				2009	2013
	Alternative Democratic Reform Party				2009	2013
Noruega	Socialist Left Party	1993	1997	2001	2005	2009
	Norwegian Labour Party	1993	1997	2001	2005	2009
	Liberal Party	1993	1997	2001	2005	2009
	Christian People's Party	1993	1997	2001	2005	2009
	Conservative Party	1993	1997	2001	2005	2009
	Centre Party	1993	1997	2001	2005	2009
	Progress Party	1993	1997	2001	2005	2009
Suécia	Green Ecology Party	1998	2002	2006	2010	2014
	Left Party	1998	2002	2006	2010	2014
	Social Democratic Labour Party	1998	2002	2006	2010	2014
	Liberal People's Party	1998	2002	2006	2010	2014
	Christian Democrats	1998	2002	2006	2010	2014
	Moderate Coalition Party	1998	2002	2006	2010	2014
	Centre Party	1998	2002	2006	2010	2014
	Sweden Democrats				2010	2014